



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso de Licenciatura em Sociologia

Trabalho do fim de Curso

Casa ou Barraca: representações sociais dos munícipes sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do Município da Matola

Autor:

Armando Uaquiço Banze

Supervisor:

Baltazar Samuel Muianga, Doutor

Maputo, Março de 2025



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Monografia para Apresentar em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a
Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Casa ou Barraca: representações sociais dos munícipes sobre a transformação de
residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do Município da
Matola (2020-2022)

Estudante:

Armando Uaquiço Banze

O Júri

O supervisor

O (A) presidente

O (A) oponente

Maputo, _____ de _____ de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Armando Uaquiço Banze**, declaro que sou o autor desta Monografia que constitui trabalho original, inédito e que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a uma outra instituição de ensino superior para obtenção de grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

Maputo, Março de 2025

(Armando Uaquiço Banze)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia, em especial, à minha mãe, Quequeluane Semende Chirindze, que aos 80 anos terá a bela oportunidade de ver compensado o esforço que empreendeu durante a maior parte dos anos da década 70 para o filho estudar. Apesar de não ter estudado, ela com o marido, o meu pai (em memória), sabiam do valor da escola, por conseguinte, dos estudos, não obstante as circunstâncias próprias da vida rural camponesa da altura.

Dedico à toda a minha amada família, em particular, para os meus filhos Manecas, Sara, Mando, Maninho e Jenny, que incentivaram e/ou apoiaram-me de diversas formas, e para as minhas netas Rhayna e Khensani.

Dedico para os meus irmãos, em particular, Zacarias, Isaura, Jorge e Reginaldo, que incentivaram-me e apoiaram-me de diversas formas. Não posso esquecer das minhas noras, Albertina Vida, carinhosamente chamada Beth, que sempre incentivou-me neste processo, Preselina, carinhosamente chama mana “P” (em memória) e Ana.

Dedico ao meu sobrinho, amigo e cúmplice Delfino que sempre encorajou-me, procurou se informar da minha formação desde o primeiro até o último ano, continuando durante o processo de monografia e ajudou-me de diversas formas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela força e inteligência que tem me proporcionado para o alcance dos meus objectivos que venho perseguindo desde 1972, passam 52 anos, esperando continuar a merecer protecção nos desafios futuros.

Agradecimentos para o Doutor Baltazar Muianga, na qualidade de meu supervisor, pela imensurável contribuição intelectual, objectividade, direccionamento, correcção e compreensão ao longo do processo prestes a terminar (projecto e trabalho subsequente) e que sempre esteve ao meu lado, de forma incessante, incentivando-me, muito obrigado. Na qualidade de meu supervisor, com a sua calma e simplicidade que lhe caracterizam, foi um “mestre”.

A todos os docentes do Departamento de Sociologia com quem convivi durante os quatro anos da minha formação, nomeadamente doutores Abrahão, Adérito, Baleira, Baloi, Baltazar, Carlos Cuinhane, Chicamissa, Colaço, Chume, Danúbio, Ergimino, Ivo, Maurício, Mauro, Neto, Nipassa, Rosalina, Rota e Tsamba assim como para os assistentes, doutores Danilson, Leonardo e Manhique, endereço-lhes os meus agradecimentos.

Os agradecimentos são extensivos para os colegas da turma do curso de “Sociologia 2019”, em especial para a Fátima Chinhange e Jéssica Cumbe, colegas que foram do mesmo grupo desde o primeiro até ao quarto ano que, ao longo do tempo, foi designado “Grupo 3”, e que durante os anos de faculdade ajudaram-me a absorver os conhecimentos académicos e ajudaram a ultrapassar todas as dificuldades que foram aparecendo. Não posso esquecer dos colegas Cumbane, Loisa, Mangue, Nilza, Rosa, Tomé e Valentina que, não sendo do mesmo grupo, criámos amizade e laços de irmandade que se mantêm até ao presente momento.

Para os funcionários do departamento de sociologia, em particular a doutora Madalena, assim como para os do departamento de registo académico, os meus agradecimentos.

Para o eng. João Nogueira, director da Indiconstroi que, durante a pandemia da “Covid 19”, período em que frequentávamos as aulas por meio de plataformas digitais, dispensava-me durante a jornada laboral e autorizava-me para ocupar o seu gabinete de trabalho para acompanhar as aulas, e os demais colegas da empresa que sempre me acarinharam nesta batalha, os meus agradecimentos.

A todos que directa e/ou indirectamente vem ajudando-me no percurso académico, sem esquecer da doutora Fátima Manusse, que sempre dizia “pai vai chegar o último dia”.

Finalmente, para os participantes do estudo, pela contribuição, vai o meu Khanimambo.

RESUMO

O comércio informal é uma das mais antigas formas de comércio. A informalidade é problema global que se manifesta em maior ou menor escala em todos os países, sejam eles pobres, em vias de desenvolvimento ou ricos. O presente estudo tem como objectivo compreender as representações sociais que os munícipes envolvidos possuem sobre o processo da transformação das residências em estabelecimentos comerciais na sua vida quotidiana. Para alcançar este objectivo, recorreremos à metodologia qualitativa, para a colecta de dados usamos as entrevistas semiestruturadas e os entrevistados foram seleccionados por conveniência. A discussão dos resultados foi realizada na teoria das representações sociais, valorizando os significados que os entrevistados possuem sobre um dado fenómeno, bem como a interpretação que possuem sobre o fenómeno. Os resultados obtidos revelam que, a transformação de residências em estabelecimentos comerciais é condicionada por factores económicos, culturais e sociais, sendo que os vendedores informais se subdividem entre os que buscam sobrevivência e os que procuram gerar riqueza. As relações sociais entre os vendedores são, tendencialmente, de inter-ajuda e reciprocidade, o que reflecte uma rede de solidariedade entre os mesmos, embora sejam também de concorrência. Concluiu-se que, os factores económicos (condições financeiras) e culturais (valores e crenças) determinam a construção das representações sociais dos munícipes envolvidos sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais.

Palavras-chave: Comércio informal; Relações sociais, Representações sociais.

ABSTRACT

Informal trade is one of the oldest forms of trade. Informality is a global problem that manifests itself in to a greater or lesser extent in all countries, whether they are poor, developing or rich. The present study aims to understand the social representations that the citizens involved have regarding the process of transforming residences in commercial establishments in their daily lives. To achieve this objective, we used qualitative methodology, for data collection we used semi-structured interviews and interviewees were selected for convenience. The discussion of the results was carried out in the theory of social representations, valuing the meanings that the interviewees have about a given phenomenon, as well as the interpretation they have about the phenomenon. The results obtained reveal that the transformation of residences into commercial establishments is conditioned by economic, cultural and social factors, with informal sellers being divided into those seeking survival and those seeking to generate wealth. Social relationships between sellers tend to one of mutual help and reciprocity, which reflects a sense of solidarity between them, although they are also competitive. It was concluded that economic (financial conditions) and cultural factors (values and beliefs) determine the construction of the social representations of the citizen involved in the transformation of residences into commercial establishments.

Keywords: Informal trade; Social relations, Social representations.

EPÍGRAFE

“Nada é mais adequado que o exame para inspirar o reconhecimento dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam”.

Pierre Bourdieu

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	v
EPIÍGRAFE.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	7
REVISÃO DA LITERATURA AO PROBLEMA.....	7
1.1. O sector informal enquanto meio de sobrevivência.....	7
1.2. Sector informal como factor activo de desenvolvimento local e do país.....	9
1.3. Sector informal como factor para o desenvolvimento dos agregados familiares.....	13
1.4. Problema de pesquisa.....	14
CAPÍTULO II	16
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	16
2.1. Quadro teórico.....	16
2.2. Definição e operacionalização dos conceitos.....	18
2.2.1. <i>Comércio informal</i>	18
2.2.2. <i>Representação social</i>	20
2.2.3. <i>Subúrbio</i>	21
CAPÍTULO III.....	23
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1. Metodologia	23
3.2. Abordagem do estudo.....	23
3.3. Método de abordagem.....	23

3.4. Método de procedimento.....	24
3.5. Universo e amostra de pesquisa	24
3.6. Técnica de amostragem.....	26
3.7. Técnicas de recolha de dados.....	26
3.7.1. Levantamento bibliográfico.....	26
3.7.2. Entrevistas semiestruturadas.....	27
3.8. Técnicas de análise dos dados	28
3.9. Questões éticas do estudo.....	29
3.10. Constrangimentos do estudo	30
CAPÍTULO IV.....	31
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	31
4.1. Características sócio-demográficas dos entrevistados	31
4.2. Representações sociais sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais.....	32
4.2.1. Estabelecimento comercial “lugar de venda de produtos”	32
4.2.2. Estabelecimentos comerciais nas residências, “lugar para exercício de actividade económica”	34
4.3. Processo de transformação das residências dos munícipes em estabelecimentos comerciais	35
4.3.1. Ausência de emprego formal – “a transformação de residências como um meio de sobrevivência”	35
4.3.2. Estabelecimentos comerciais em residências resultado de “ofício familiar”	37
4.3.3. Família uma base de respeito mútuo na transformação das residências em estabelecimentos comerciais	39
4.3.4. Transformação das residências em estabelecimentos comerciais: aceitação e conflito entre os vizinhos.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

ANEXOS:	51
Anexo 1:Guião de entrevistas para Múncipes.....	52
I. Perfil sócio-demográfico dos múnicipes.....	52
II. Factores sociais do quotidiano motivaram para a transformação das residências em estabelecimentos comerciais.....	52
III. Representações sociais dos múnicipes sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais.....	53
IV. Processo da transformação das residências em estabelecimentos comerciais no quotidiano dos múnicipes.....	53
Anexo 2: Guião de entrevistas para Autoridades Municipais.....	54
1. Perfil do representante municipal:.....	54
2. Questionário:.....	54
Anexo 3: Credencial - Faculdade de Letras e Ciências Sociais.....	55
Anexo 4: Credencial - Conselho Municipal da Cidade da Matola.....	56

INTRODUÇÃO

No século XV, o comércio ganhou um grande impulso com as expedições ao Novo Mundo, onde os povos colonizadores buscavam riquezas e especiarias para negociar. As lojas começaram a adoptar formas mais semelhantes às actuais cerca de 200 anos atrás. Até esse período, os estabelecimentos comerciais eram, em sua maioria, pequenos negócios como padarias, armazéns e lojas, de carácter simples e rústico. No século XX, o comércio passou por uma grande transformação com o profissionalismo e desenvolvimento da actividade, (Lima, 2017).

O comércio informal expressa momentos característicos da vida urbana e traduz a realidade presente na cidade capitalista onde a diversidade de mercadorias expostas traduz os anseios de inserção de diferentes indivíduos, de diferentes classes sociais cuja cultura dominante manifesta-se no desejo de integração social. O comércio informal, denominado por muitos autores como de rua, além do encontro inesperado, oferece uma maior variedade, diversidade e preços acessíveis. Nas cidades brasileiras o trabalho autónomo é antigo. Ainda no sec. XIX, as negras que faziam iguarias e artigos de armarinho comercializavam seus produtos pelas ruas das principais cidades da época, a exemplo de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Os mascates, geralmente descendentes de povos árabes que, visitando cidades do interior, batendo de porta em porta, ofereciam as mais variadas mercadorias, representa outra figura que ilustra esta actividade (Cleps, 2009).

Em cidades do interior a exemplo de Uberlândia, de porte médio, o fenómeno dos camelôs e ambulantes é mais recente. Esses começam a fazer parte do urbano a partir do momento em que a cidade passa a atrair fluxos demográficos, através da criação de frentes de trabalho como a implantação de distritos industriais e a consequente expansão comercial, com a instalação de estabelecimentos de ensino, principalmente de nível superior, com a criação de hospitais, enfim, uma série de infra-estruturas urbanas que acabaram atraindo um grande número de migrantes, oriundos principalmente das cidades polarizadas por Uberlândia (Cleps, 2009).

Abordando sobre a importância do sector informal da economia urbana em países da África subsaariana Amaral (2005), começa dizendo “Por ora relevo a importância e complexidade do aumento da população urbana por entrada de gente, não só do mundo rural como também de estrangeiros, que acaba por engrossar as actividades do sector informal. A título de exemplo escolhi dois estudos de 1982 e 1985 sobre os pequenos ofícios em Abijan, a Capital

da Costa do Marfim, que abrigava imigrantes de cinco países fronteiriços – Libéria, Guiné Conacry, Malí, Burquina Faso e Ghana – e de outros mais distantes como Mauritânia, Senegal, Benin, Nigéria (KAKO, 1982; TOURÉ, 1985). Naqueles anos totalizavam milhares de criaturas anónimas que apenas dispunham da imaginação para ocorrerem às suas necessidades, procurando descobrir ninhos de actuação. Segundo o primeiro, no conjunto dos centros urbanos do país, tendo em conta todas as actividades, apenas 32% eram nacionais e dos estrangeiros somente 7% não eram africanos (libaneses e franceses). Entre os estrangeiros africanos predominavam os do Malí (cerca de 15%), do Burquina Faso (12%) e da Nigéria (11%); vinham depois os da Guiné Conacry (6%), do Senegal (5%), da Mauritânia (4%) e de outras origens. Desses estrangeiros, 43% dos homens tinham menos de 30 anos de idade e 24 mais de 40; no caso das mulheres as percentagens correspondentes eram 40 e 28”.

O comércio informal é uma das mais antigas formas de comércio. A informalidade, é um problema global que se manifesta em maior ou menor escala por todos os países, sejam eles pobres, em vias de desenvolvimento ou ricos. Segundo Lopes (2014), em Luanda, como sucede em outros centros urbanos angolanos, a economia informal constitui-se como factor estruturante da organização da vida económica e social. Segundo o autor, durante os anos 70 e 80 do século XX, a ideia dominante era a de que as actividades informais eram um fenómeno transitório e que o progresso técnico acabaria por permitir ao sector formal absorver os trabalhadores informais.

No entanto, a crescente informalização e flexibilização dos processos de trabalho e dos trabalhadores, gerada pela aceleração do processo de globalização e pela progressiva generalização das teses neoliberais sobre o modelo de organização, regulação da economia e da sociedade, sugerem outras perspectivas. Contrariamente ao que inicialmente se admitia, a dimensão da economia informal tem crescido nos diferentes sectores de actividade para não se falar de países em desenvolvimento diferenciado e o fenómeno não indica ser temporário como se cogitou inicialmente, assistindo-se ao reforço da sua importância económica e social. Neste contexto, observa-se que é nas actividades e nas práticas informais que contingentes cada vez mais numerosos de actores sociais africanos encontram recursos e oportunidades que lhes permitem subsistir ou acumular riquezas.

O comércio informal é característico de muitos países africanos, ou seja, é uma das características imanentes e transversais dos países africanos. Em Angola, especificamente

em Luanda, as feiras livres/mercados informais designados de Kitandas, existem desde o final do século XVIII. Eram consideradas instituições de revenda e distribuição de produtos alimentícios junto ao estado, ligados directamente ao abastecimento de navios negreiros, e escravos. Em Angola, o surgimento deste tipo de comércio está directamente relacionado com a transição de um regime monopartidário para um regime democrático, transição de uma economia de planificação para uma economia de mercado, e finalmente a transição de um período de guerra para a paz. Assim, a busca de rendimentos adicionais foi a solução para a população. É desta forma que surgem os mercados informais (Santos, 2011).

Em Moçambique, estima-se que a emergência deste tipo de comércio surgiu no período de transição do regime socialista, que culminou com a introdução do PPI (Plano Prospectivo indicativo em 1980), cujo fim último era o crescimento acelerado, baseado no planeamento central, tendo como chaves para o desenvolvimento das empresas modernas estatais, a produção e o lucro como objectivo para um regime capitalista que por sua vez culminou com o PRE (Programa de reabilitação económica em 1987), e PRES (Programa de reabilitação económica e social) que visavam reajustar e estabilizar a economia através de um apertado controle macro económico. Hanlon (1997), afirma que a partir destes programas decorreu a liberalização do mercado, sobretudo em relação ao Estado, privatizações e registou-se uma desvalorização da moeda. É visível que foi justamente com o liberalismo que teve início o comércio informal.

O comércio informal verifica-se em todas as cidades do país. A cidade da Matola, em especial, tem sido alvo de migrações da população do campo, estrangeiros, etc. Com o desemprego, muitos indivíduos optam pelo comércio informal como forma alternativa de sobrevivência, ilustrando o importante papel que este tipo de comércio desempenha para as famílias moçambicanas. Por outro lado, estes espaços constituem fornecedores de bens básicos para os indivíduos aí residentes.

Na realização deste estudo, temos como foco compreender as representações sociais que os munícipes proprietários das casas possuem sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do Município da Matola.

Como *problema de pesquisa* baseamo-nos na leitura exploratória da literatura dos contextos internacional, africano e nacional que incidem sobre comércio informal. A construção do problema tem como base as discussões apresentadas e discutidas na revisão da literatura, apontando três abordagens: a primeira abordagem é defendida pelos autores Rangel (2015),

Cruz e Silva (2005), Cleps (2009) e Lima (2017), segundo a qual o sector informal é uma forma de sobrevivência face à ausência de emprego formal. A segunda abordagem é defendida pelos autores Silva (s.d), Amal (2005), Mendes e Cavedn (s.d), onde mostram que o sector informal contribui para o desenvolvimento, independentemente das dificuldades que se enfrentam. Finalmente, a terceira abordagem é defendida por Mosca (s.d) e Silva (2003), na qual consideram que as dificuldades e obstáculos enfrentados no sector informal não contribuem para o desenvolvimento.

Os estudos, abordagens e perspectivas sobre o tema do comércio informal privilegiam mais matérias sobre o comércio informal de forma geral, não debruçam-se especificamente e exclusivamente sobre a análise do comércio informal nas residências a nível dos bairros suburbanos. Por sua vez, estes estudos não reconhecem as vozes dos munícipes e suas capacidades de elaborar e dar sentido às práticas sociais e representações que formulam em torno dos contextos que vivem, mas tem em conta que estas representações sociais construídas pelos indivíduos possuem influência dos factores sócio-económicos e culturais.

Partindo do princípio de que os actores sociais nas suas interacções constroem noções e interpretações que dão sentido aos acontecimentos da vida quotidiana e têm relação com os contextos em que se encontram inseridos, com normas e valores que decorrem dos mesmos, nota-se que as representações sociais decorrentes dos diferentes contextos sociais sobre o comércio informal nas residências são principalmente das instituições (família e a justiça).

Diante desse cenário, considera-se relevante analisar em que medida a transformação de residências para estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do Município da Matola afecta o ambiente social dos residentes, não obstante o peso que a actividade desenvolvida representa para a sobrevivência dos indivíduos e/ou das famílias.

Justificando a escolha do nosso tema e apontando para a sua relevância dentro do campo da sociologia, apontamos tanto para os aspectos concretos da realidade moçambicana, assim como para questões teóricas. A escolha do tema se considera necessária, uma vez que, o comércio informal, assim como as actividades nele desenvolvidas, não deixa de ser um trabalho digno como outro qualquer presente na formalidade. Sendo assim, é importante mostrar que o comércio informal contribui com o sustento da maioria das famílias que trabalham nesse ramo e também concorre para o desenvolvimento da sociedade, quando considerado que, a partir do momento em que um indivíduo passa a trabalhar, mesmo que

na informalidade, ele deixa de fazer parte dos números de pessoas desempregadas e/ou desocupadas.

Além disso, justifica-se pela escassez de pesquisas referentes ao tema proposto, com um estudo mais abrangente e específico sobre o assunto, principalmente mostrando que esse ramo de actividade possui suas diferenças, mas que oferece vantagens e benefícios considerados relevantes pelos trabalhadores informais, que são vistos muitas das vezes como ilegais, com a consequente sua exclusão pela sociedade. O intuito foi para mostrar que a maioria das pessoas adentrou nesse ramo por opção e não somente pela necessidade, como muitos pensam.

Nesta óptica, este trabalho constitui uma abordagem sociológica pela qual se pode olhar socialmente para a realidade do comércio informal em Moçambique, em particular o Município da Matola. Além disso, é aqui desenvolvida uma reflexão sobre a relação entre a forma como ocorre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais no espaço suburbano e a criminalidade.

Em relação aos objectivos do estudo, elencamos os seguintes: objectivo geral, *compreender as representações sociais dos munícipes sobre transformação das residências em estabelecimentos comerciais*. Para a materialização do objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos: *identificar o perfil sócio-demográfico dos munícipes; identificar as representações sociais sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais; e analisar o processo de transformação das residências dos munícipes em estabelecimentos comerciais*.

O presente estudo foi realizado nos bairros de Khongolote, T3 e Zona Verde. Escolhemos esses bairros pelo facto de que a transformação de residências para o estabelecimento comercial ser deveras acentuada nos três bairros, deixando-nos com muito espaço para desenvolver o trabalho que preconizamos, designadamente estudo sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais nas residências dos bairros do Município da Matola.

O horizonte temporal deste estudo é de 2020 a 2022. A escolha deste período torna-se relevante pelo facto de que estamos a lidar com uma realidade dinâmica sobre a qual a compreensão do objecto de estudo facilita realizar a sua contextualização e a possibilidade de perceber o percurso biográfico destes munícipes. Foi neste período que se verificou o

índice elevado de transformação de residências em estabelecimentos comerciais provocado pelo surgimento de “Covid-19”.

O nosso grupo-alvo foram os residentes dos bairros suburbanos do Município da Matola e as respectivas autoridades municipais que actuavam nos mesmos bairros até ao período em que realizámos o nosso trabalho de campo. Ademais, consoante as lições tiradas por Minayo (2001), a escolha de sujeito justifica-se por ser aquele que permite alcançar a totalidade do problema estudado em suas múltiplas dimensões.

Quanto a teoria de base, escolhemos e operacionalizamos a teoria de representações sociais defendida por Moscovici (1961), segundo a qual a teoria das representações sociais se interessa no que os actores sociais fazem e pensam no seu dia-a-dia, e no contexto das interacções sociais que desenvolvem e constroem noções e interpretações da realidade quotidiana.

A metodologia do estudo tem como base o método qualitativo, sendo a abordagem do estudo inteiramente qualitativa. Escolhemos o método qualitativo pelo facto de que permite conceber a realidade a partir do próprio quotidiano dos actores sociais. A técnica usada para a colecta de dados foi a entrevista semiestruturada e a técnica de amostragem usada foi a de conveniência que se baseia na escolha dos participantes de maneira mais fácil para o pesquisador.

O estudo está estruturado em cinco partes, nomeadamente a introdução e quatro capítulos, ambos com a devida descrição abaixo. Na introdução, apresentamos uma breve contextualização do tema, a delimitação do tema, a construção do problema, a justificativa e os objectivos gerais e específicos. No primeiro capítulo, contemplamos a revisão da literatura, onde trouxemos alguns estudos empíricos realizados sobre o comércio informal a nível interracional, África e Mocambique, sendo sobre o país que demos o maior enfoque da produção académica. No segundo capítulo, trouxemos o quadro teórico e conceptual, onde abordamos as representações sociais como teoria de base, a definição e operacionalização dos conceitos. No terceiro capítulo, falamos da metodologia, definimos os métodos de estudo, abordamos as técnicas de recolha de dados, a definição de amostra, princípios éticos e os constrangimentos enfrentados ao longo da realização do estudo. O capítulo quarto e o último trata da interpretação e discussão dos dados de campo. Finalmente, trouxemos as considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA AO PROBLEMA

Neste capítulo, trazemos estudos dedicados à análise e compreensão do fenómeno do comércio informal no contexto internacional, africano e nacional, em particular. Os estudos identificados e explorados estão agrupados em três abordagens distintas, nomeadamente, primeira abordagem - o sector informal enquanto meio de sobrevivência; segunda abordagem - o sector informal como factor activo de desenvolvimento local e do país; e terceira e última abordagem - o sector informal como factor para o desenvolvimento dos agregados familiares.

1.1. O sector informal enquanto meio de sobrevivência

A primeira abordagem é dos autores Rangel (2015), Cruz e Silva (2005), Cleps (2009) e Lima (2017) que defendem que o comércio informal tornou-se um meio de obtenção do “ganha-pão”, face às dificuldades de inserção no mercado de emprego formal.

O estudo de Rangel (2015) explora as transformações no mundo do trabalho, especialmente no comércio popular ou “globalização por baixo”, que envolve práticas económicas informais ou ilegais. Ele analisa como o comércio informal, para além de ser apenas uma alternativa para sobrevivência, passou a ser uma opção legítima e preferida por muitas pessoas, incluindo aquelas com maior qualificação. A inserção nesse mercado informal é, muitas vezes, uma resposta à instabilidade e insegurança também presentes no mercado de trabalho formal.

O autor supracitado destaca a ideia de que “empreender” se tornou uma lógica predominante. O conceito de “empreendedorismo” no contexto actual, muitas vezes vinculado à necessidade de sobrevivência, reflecte um ethos que é impulsionado tanto por mudanças estruturais no mercado de trabalho quanto por uma ideologia que vê o sucesso como uma conquista pessoal, e o fracasso como falha individual. Este discurso sobre o empreendedorismo, que valoriza a auto-suficiência e a mobilidade social através do trabalho autónomo, acaba por naturalizar a insegurança e a instabilidade.

Além disso, a globalização por baixo e as transformações nas formas de trabalho informal questionam a dicotomia entre economia formal e informal, mostrando que elas são interdependentes e que a flexibilidade do trabalho informal não é necessariamente uma liberdade, mas uma forma de adaptação a um sistema económico que exige constante

adaptação e risco. A crítica que o texto faz é que o discurso neoliberal de flexibilidade e empreendedorismo pode obscurecer as desigualdades sociais, responsabilizando os indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso, sem considerar as condições socioeconómicas desiguais, (Ibidem).

Segundo Cruz e Silva (2005), não obstante algumas iniciativas sociais terem sido bem sucedidas, elas têm dificuldades de se tornar alternativa eficaz à falta de assistência social pública, especialmente porque estão limitadas pela crescente pobreza de seus membros. Essas redes de solidariedade, que dependem da colaboração entre as pessoas, não conseguem atender plenamente as necessidades de todos, pois as próprias pessoas envolvidas enfrentam sérios desafios financeiros. Como exemplo, uma vendedora de mercado em Maputo diz que, como não tem o suficiente para alimentar seus próprios filhos, é impossível ajudar outros familiares, como seus sobrinhos, e ainda assim garantir que suas crianças tenham acesso à educação ou aos cuidados médicos. O autor conclui que em contextos de pobreza extrema, para o problema de desemprego e exclusão social, as redes de apoio em vez de funcionarem como uma alternativa sólida à protecção social, acabam se tornando apenas uma maneira de amenizar a exclusão social, oferecendo estratégias de sobrevivência para as pessoas, mas sem resolver os problemas mais profundos da sociedade.

A expansão do emprego e comércio informal nas cidades está intimamente ligada a um contexto de desigualdade social e económica. A redução geral do emprego formal e o aumento do emprego informal são resultado do crescimento da prestação de serviços, como o trabalho doméstico, que sempre foi informal, e da expansão da informalidade no sector social. O comércio informal se apresenta como uma alternativa ao comércio tradicional, oferecendo mercadorias a preços mais acessíveis e em locais mais convenientes, atendendo principalmente à população excluída de produtos das grandes marcas, tanto no aspecto económico quanto no social. O conceito de "espaço bolha" é utilizado para descrever como esses comércios ocupam áreas da cidade que não foram originalmente planeadas para actividades comerciais, criando espaços colectivos que reflectem a origem e as condições de vida de seus usuários, (Cleps, 2009).

Esses espaços desempenham uma função crucial na sobrevivência económica das pessoas, ao mesmo tempo em que reflectem um desejo de inserção social, uma tentativa de superar a marginalização. O comércio informal, ao se expandir nessas áreas não planeadas, contribui para uma forma de afirmação cultural e social das classes populares, permitindo que essas

peessoas, muitas vezes excluídas dos fluxos de consumo tradicionais, possam participar de uma forma de mercado acessível a elas. O estudo afirma que, tentar eliminar o comércio informal seria um erro, pois ignoraria as causas que levam à sua existência e desconsideraria o papel essencial que ele desempenha na vida urbana, em termos de sustento económico e identidade social para uma parcela significativa da população, que vive à margem do modelo económico capitalista dominante, (Ibidem).

O comércio informal desempenha um papel fundamental na economia e na sobrevivência de muitas famílias, especialmente as de baixa renda, que devido à falta de alternativas não têm o “luxo” de buscar empregos formais e dependem dessa actividade para gerar renda. Apesar de os trabalhadores informais frequentemente não conhecerem os benefícios da formalização e enfrentarem barreiras como a desinformação e o medo de altos impostos, eles contribuem indirectamente para a economia ao realizar compras que geram impostos, (Lima, 2017).

A formalização, embora traga vantagens, como o acesso a direitos trabalhistas e benefícios sociais, é um desafio, especialmente para aqueles com pouca educação ou com muitos anos de experiência na informalidade. Assim, o estudo sugere que é necessário que o governo ofereça mais informações e suporte para incentivar a transição para a formalidade de forma acessível, sem medo e sem custos elevados. O comércio informal, apesar das desvantagens, como a falta de direitos e maior vulnerabilidade, é essencial para a manutenção de muitas famílias e tem um impacto significativo na economia local, (Lima, 2017).

Em Moçambique, o comércio informal tem registado um crescimento acelerado nas zonas urbanas, onde os vendedores informais têm ocupado no dia-a-dia os passeios das cidades, circulando pelas cidades carregados de diversa mercadoria para a venda. Aponta-se como causa para este facto, o excedente da força de trabalho que não encontra trabalho no mercado formal. A situação conjuntural do país evidencia que o comércio informal continua a ser a actividade alternativa para a sobrevivência de muitas famílias (Cruz e Silva, 2005).

1.2. Sector informal como factor activo de desenvolvimento local e do país

A segunda abordagem é defendida por Silva (s.d), Amaral (2005), Mendes e Cavedon (s.d), onde mostram que o sector informal contribui para o desenvolvimento independentemente das dificuldades que são enfrentadas.

O estudo realizado a nível internacional é de Mendes e Cavedon (s.d), com o seguinte tema “*As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade em fase de industrialização*”, o referido estudo tinha como objectivo evidenciar aspectos peculiares dos camelôs de uma localidade, enquanto sector informal de actividade, buscando mostrar a sua participação no desenvolvimento local. Os resultados desse estudo mostram que o fortalecimento dos empreendimentos e acções da comunidade no sector informal constituem principais vectores de desenvolvimento num contexto de crescimento industrial.

De acordo com Mendes e Cavedon (s.d), o comércio popular, que muitas vezes envolve vendedores informais, como os camelôs, é frequentemente criticado nas áreas urbanas, mas essa crítica nem sempre leva em conta os aspectos positivos dessa actividade. O comércio informal tem um papel fundamental em várias comunidades urbanas e oferece benefícios tanto para os vendedores quanto para os consumidores. Primeiramente, o comércio popular oferece uma grande variedade de produtos, muitos dos quais não são encontrados no mercado formal ou em grandes lojas. Isso é particularmente importante em áreas onde o acesso a certos produtos é limitado ou onde há uma baixa oferta de mercadorias específicas.

Outro ponto crucial é a função do comércio popular na inclusão de grupos marginalizados ou excluídos economicamente. Muitas pessoas que trabalham no comércio informal, como camelôs, podem não ter acesso a empregos formais ou estabilidade no mercado de trabalho tradicional. Nesse contexto, a economia informal se torna uma forma de sobrevivência, proporcionando uma fonte de renda para essas pessoas. A actividade de vender de forma informal oferece uma alternativa para quem, por vários motivos (como falta de qualificação, discriminação ou condições socioeconómicas desfavoráveis), não consegue se inserir no mercado de trabalho formal. A presença desses vendedores nas ruas e mercados locais também contribui para a diversidade económica e cultural da cidade, proporcionando uma oferta de produtos que atende à demanda específica de diferentes bairros ou grupos de consumidores. Isso ajuda a dinamizar a economia local e fortalece o comércio na região, (Ibidem).

Portanto, o comércio popular não deve ser visto apenas sob a óptica negativa, mas sim reconhecido por sua capacidade de preencher lacunas no mercado, criar oportunidades de emprego e melhorar a acessibilidade para diversas camadas da população. Ainda que tenham desafios associados à informalidade, o mercado de camelôs tem sido uma peça chave no

desenvolvimento de Três Lagoas, ao oferecer produtos e serviços essenciais para a população em crescimento e ao impulsionar a economia local de forma inclusiva, (Ibidem).

A esse respeito, Mendes e Cavedon (s.d), em termos mais específicos, constataram que o mercado camelô se revela de suma importância para o desenvolvimento local na medida em que assegura a oferta de produtos não encontrados no mercado formal e oferece a possibilidade de integração de um número de indivíduos no mercado de trabalho. Os estudos acima referenciados estão agrupados numa mesma abordagem por convergirem no argumento central, onde interpretam o sector informal e as actividades nele realizadas como factor activo de desenvolvimento local e do país, ainda assim, chamam atenção para o facto de que determinantes políticos, institucionais e financeiros esbarram o proveito que se pode tirar desse potencial de desenvolvimento. Em posição contrária, estão os estudos de Mosca (s.d) e Silva (s.d) nos quais defendem que os determinantes antes referenciados contribuem para que o sector formal não esteja actualmente a contribuir para o desenvolvimento no país, especificamente nos PVD.

Outro estudo foi realizado por Amaral (2005), intitulado “*Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsaariana*”. Com a finalidade de analisar o sector informal na África Subsaariana, incidindo sobre as dinâmicas relacionais e as actividades que animam o sector. Partindo da complexidade do conceito de sector informal, o autor defende que a informalidade não é característica exclusiva da África Subsaariana, mas sim, uma condição universal de todas as economias. Nesta perspectiva, o autor afirma que o sector informal não pode ser visto como sinónimo de falta de competitividade, criatividade, existência de bloqueio do crescimento e fraqueza de investimento.

Deste modo, Amaral (2005) constata a existência de práticas e iniciativas criativas populares, emergência de novas organizações. A conclusão do autor é de que as análises baseadas no olhar dito ocidental não permitem apreender as particularidades e potencialidades do sector informal nas sociedades africanas para o melhoramento das condições de vida das famílias.

Nesta senda, trazemos o estudo realizado por Silva (s.d), com o tema “*O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsaariana*”, com o objectivo de enquadrar a economia informal como uma forma de sobrevivência diante da ineficiência do Estado e do mercado interno. De acordo com o autor, o estudo revela que a África subsaariana foi palco de várias políticas económicas impostas pelo Banco Mundial e

pelo Fundo Monetário Internacional com base nas quais se procurou combater a economia informal. No entanto, diante da ineficiência e ineficácia das mesmas, este sector de actividade tem se mostrado capaz de contribuir para o desenvolvimento do continente, na medida em que contribui para a criação de empregos, geração de rendimento, formação do capital humano e mobilização de recursos financeiros.

Para que esse potencial processo seja efectivamente aproveitado, de acordo com Silva (s.d), é necessário conceber e implementar regulamentos capazes de promover e organizar os produtores e trabalhadores do sector informal. Nestes termos, conclui-se que não se está a tirar proveito do potencial da economia informal nessa parcela de África. A ideia central demonstrada neste primeiro estudo é de que não se está a tirar proveito de todo o potencial do sector informal por falta de condições estruturais e institucionais para o efeito.

Mesmo argumento está patente em Nhaca (2016), no estudo ele analisa a contribuição do sector informal para a redução da pobreza urbana em Moçambique. A partir de dados qualitativos, mostrou-se que o comércio informal é uma actividade que contribui para a redução da pobreza nas zonas urbanas, na medida em que permite aos agregados familiares praticarem o negócio de produtos agrícolas, bem como outros comprados nas lojas.

Neste sentido, as famílias se envolvem nessas actividades devido à falta de escolaridade, que se torna num obstáculo para a realização de outras actividades de geração de rendimento diferentes. Apesar de reconhecer esse potencial do sector informal, Nhaca (2016) afirma que o mesmo enfrenta dificuldades quanto à sua expansão, resultantes de determinantes políticos e institucionais, assim como da precariedade dos mecanismos de financiamento.

Num estudo sobre análise das lógicas e práticas do comércio informal, Chivangue (2014), aborda em torno dos mukheristas, que são pessoas que actuam no sector informal em Moçambique. A ideia principal é que as escolhas e acções dos mukheristas não seguem a lógica do "homo economicus", que é a ideia tradicional da economia de que os indivíduos tomam decisões puramente egoístas e racionais, buscando sempre o maior lucro. Em vez disso, os mukheristas agem de acordo com o contexto social, político e económico em que vivem. As suas decisões não são movidas apenas pelo desejo de ganhar dinheiro, mas por uma série de factores que envolvem a realidade, como as condições políticas e as limitações do mercado.

A pesquisa propõe um conceito novo chamado “homo africanus”, que se ajusta melhor às práticas económicas dos mukheristas. Em vez de seguir a lógica económica clássica, a acção deles é muito influenciada pelas condições específicas da sociedade em que estão inseridos. Por exemplo, os mukheristas podem estar tentando sobreviver ou melhorar sua qualidade de vida, e isso muitas vezes é mais importante do que simplesmente buscar o lucro máximo, (Chivangue, 2014)

O autor supracitado critica o governo de Moçambique por não ter políticas claras para o apoio ao sector informal. Segundo ele o governo no lugar de entender as necessidades dos mukheristas e ajustar as suas políticas para contemplar esse grupo social, cria normas que excluem esta camada que actua no comércio informal. Para o autor, a acção do governo limita as oportunidades de crescimento para os negócios informais, já que muitos mukheristas não conseguem aceder ao crédito formal, sendo obrigados a optarem por empréstimos informais de amigos e familiares. Para além desse aspecto, o estudo aponta que o governo de Moçambique tem uma estrutura clientelista onde as elites locais e o capital estrangeiro têm mais influência o que faz com que o mesmo se exima de responsabilidades de prestar contas à população. A posição do governo contribui para a falta de apoio ao sector informal que para muitas pessoas é crucial para a sua sobrevivencia.

À semelhança dos estudos anteriores, este assume, por um lado, que o sector informal por meio de mukhero permite a redução da pobreza absoluta e criação de riqueza, no entanto, por outro lado, a actividade se encontra bloqueada quanto à capacidade de sua expansão devido, tendencialmente, aos determinantes políticos e institucionais e, sobretudo, à precariedade dos financiamentos que não facilitam o alargamento da diversificação da base produtiva e da economia nacional.

1.3. Sector informal como factor para o desenvolvimento dos agregados familiares

A terceira abordagem defendida pelos autores Mosca (s.d) e Silva (2003), considera que as dificuldades e os obstáculos enfrentados no sector informal contribuem para o desenvolvimento dos agregados familiares, fazendo face à situação de pobreza que se consolida com a falta de emprego. Para explorarmos esta segunda abordagem, começamos pelo estudo de Mosca (s.d), com o tema “*Pobreza, Economia Informal, Informalidades e Desenvolvimento*” que analisa como a economia informal e as informalidades da economia e da sociedade são um factor de reprodução da riqueza e da pobreza. O autor constata que a economia informal está articulada com a formal, revelando-se influenciada pelos desajustes

e debilidades institucionais. Nesta articulação entre a economia informal e a formal, ambas concorrem para as ineficiências e distorções nos mercados e no funcionamento das instituições, gerando desigualdades de oportunidades e dificultando o desenvolvimento a longo prazo.

Desta maneira, o autor reconhece que a economia informal reduz a pobreza e o desemprego e ajuda a sociedade em momentos de crises. Neste contexto, Mosca (s.d) conclui afirmando que a transformação do sector informal em factor de desenvolvimento passa, antes, por uma transformação de infraestruturas, estratégias de desenvolvimento, bem como da natureza comportamental e cultural a longo prazo.

Numa pesquisa de Cruz e Silva (2005), sobre a *organização dos trabalhadores informais nos mercados da cidade de Maputo*, a autora constatou uma realidade específica da *Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI)* que não permite aos trabalhadores informais tirarem proveito das iniciativas de solidariedade locais, apesar de não dispor, ainda, de recursos financeiros para o apoio do desenvolvimento dessas iniciativas, o que se agrava em momentos de crise. No mesmo contexto, o estudo constata que as iniciativas de poupança e solidariedade observadas nos mercados em referência são realizadas individual e separadamente dos esforços da associação, o que significa que a organização dos trabalhadores não facilita o crescimento e a expansão das iniciativas locais. Em forma de conclusão, a autora afirma ser importante capacitar a associação de modo que se traduza em actor capaz de transformar o sector informal num espaço de realização de actividades que contribuam para o desenvolvimento dos agregados familiares.

1.4. Problema de pesquisa

Ao longo dos últimos anos, em Moçambique há uma tendência de o sector informal continuar a crescer e a ocupar cada vez maior lugar na economia. A falta de emprego, a exigência de mão-de-obra qualificada em muitos centros urbanos, a pobreza, as migrações devido às guerras, calamidades naturais, entre outros factores, proporcionam o ambiente para o surgimento do sector informal (Pires & Macia, 2009).

Os estudos, as abordagens e as perspectivas sobre o tema do comércio informal privilegiam mais matérias sobre o comércio informal de forma geral, para dizer que não debruçam-se especificamente e exclusivamente sobre a análise do comércio informal nas residências a nível dos bairros suburbanos. Por outro lado, esses estudos não reconhecem as vozes dos

munícipes e suas capacidades de elaborar e dar sentido às práticas sociais e representações que formulam em torno dos contextos que vivem, tendo em conta que as representações sociais construídas pelos indivíduos possuem influência dos factores sócio-económicos e culturais.

1.5. Argumento

Os munícipes constroem as suas representações sociais sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais através da sua interação com os demais intervenientes no sector informal.

Partindo do princípio de que os actores sociais no contexto de suas interações constroem noções e interpretações que dão sentido aos acontecimentos da vida quotidiana, no presente trabalho, pretendemos perceber que representações sociais, os munícipes têm da transformação das residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do Município da Matola, nomeadamente Khongolote, T3 e Zona Verde.

O problema acima exposto, conduziu-nos a seguinte questão de partida: *Como é que os munícipes constroem as suas representações sociais sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais?*

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

2.1. Quadro teórico

O nosso trabalho tem como orientação teórica as representações sociais de Moscovici (1961). Esta perspectiva privilegia o carácter social e compartilhado das representações, ou seja, há um consenso no seio de autores segundo o qual — a representação social é uma forma elaborada e partilhada de conhecimento social que orienta as condutas dos indivíduos diante dos objectos sociais.

As primeiras discussões sobre as representações começaram na Sociologia de Émile Durkheim, levantando uma perspectiva que procura fugir do individualismo excessivo da Psicologia e do holismo excessivo da Sociologia. Moscovici (1961) desenvolveu uma teoria que buscou compreender e interpretar os processos sociocognitivos através dos quais os indivíduos inseridos em determinados contextos sociais produzem interpretações e ideias sobre a realidade. A preocupação central de Moscovici (1961) é captar os processos através dos quais os indivíduos em interacção social constroem teorias sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos.

O representante primário desta teoria, Moscovici (1961), sintetiza-as ao trazer o conceito de ancoragem. Este conceito é entendido como o processo pelo qual o indivíduo insere, progressivamente, o desconhecido nas representações (imagens, ideias, conhecimento, etc.) que já possui, tornando-o familiar para si. Trata-se de um processo de familiarização e domesticação, traduzidos num saber pelo meio do qual são orientadas as suas práticas sociais.

A representação de que Moscovici (1961) se refere é social na medida em que a mesma se encontra ligada a uma estrutura social determinada e resulta da actividade cognitiva e simbólica de um grupo social, cujos membros se encontram em interacção consigo mesmos e com os objectos com que se deparam. Assim, a representação social exprime uma relação entre o sujeito e o objecto, onde o sujeito constrói símbolos e significados do objecto — a representação social se constitui enquanto um conjunto de ideias, de significados, de interpretações que o sujeito constrói sobre os objectos e que servem para dar sentido à realidade e aos acontecimentos do quotidiano.

Igualmente, Moscovici (1961) faz menção ao facto de que as representações sociais resultam do saber prático da sociedade, do senso comum e ao facto de que estas facilitam a comunicação entre os actores sociais mediante as suas interrogações à volta dos objectos com os quais interagem. Através das representações os actores sociais constroem noções e interpretações que dão sentido à realidade. A função principal das representações sociais é servir de base para a construção de significados sobre a realidade, elas têm um carácter avaliativo e produzem juízos valorativos sobre o meio envolvente e sobre os acontecimentos do quotidiano.

Esta abordagem teórica das representações sociais se torna completa com a contribuição de Jodelet (1989). Esta autora afirma que a Representação Social designa um fenómeno de produção dinâmica, quotidiana e informal de conhecimento, um saber de senso comum de carácter eminentemente prático e orientado para a comunicação, a compreensão ou o domínio do ambiente social, material e ideal de um determinado grupo.

Na mesma linha, a autora afirma que as representações sociais são socialmente elaboradas e compartilhadas, de modo a contribuir para a construção de uma realidade comum, possibilitando, assim, a comunicação. Envolvem, essencialmente, fenómenos sociais que, mesmo que identificados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser compreendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções ideológicas e simbólicas a que servem e das formas de comunicação nas quais circulam.

Neste contexto, Jodelet (1984) distingue quatro grandes elementos que compõem as representações sociais: primeiro - entende que a representação social é sempre representação de um objecto pois, as características do sujeito e do objecto nela se manifestam; segundo - defende que a representação social tem sempre um carácter de simbolização e de interpretação, pois, envolve a construção de expressões, conceitos, percepções e noções do sujeito sobre o objecto; terceiro - a representação social é uma forma de saber que se expressa com suportes linguísticos, comportamentais e materiais; quarto e último - a representação social é uma construção, é inerente à experiência prática, aos contextos e às condições nas quais determinada interpretação da realidade é produzida.

Este é o suporte teórico da monografia e através do qual capta-se as noções e interpretações que são construídas a volta da transformação das residências em estabelecimentos comerciais. Com esta teoria foi feita uma análise sobre as possíveis relações entre as

representações da prática do comércio informal nos bairros suburbanos do Município da Matola.

Nesta análise, partimos do princípio de que a teoria das representações sociais se interessa naquilo que os actores sociais fazem e pensam no seu dia-a-dia, e, no contexto das interacções sociais que desenvolvem, constroem noções e interpretações da realidade quotidiana. Esta teoria permitiu captar as noções, significados e interpretações que são construídos pelos munícipes sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais. Baseando-se nos pressupostos desta teoria é possível fazer uma análise sobre os factores que influenciam as representações sociais da transformação de residências em estabelecimentos comerciais. Assim, a teoria de Moscovici ajuda a compreender a forma como os munícipes constroem os significados, noções e interpretações acerca da transformação das residências em estabelecimentos comerciais assumindo o acto de trabalhar como uma acção social.

2.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Nesta fase do trabalho, apresentamos a definição e a operacionalização dos conceitos centrais do nosso estudo. Os conceitos identificados como centrais são nomeadamente: o comércio informal, representação social e o subúrbio.

2.2.1. Comércio informal

Na concepção da ONU (1996) e Queiroz (1999), comércio informal é todo um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

Para Cruz e Silva (2005), o comércio informal é pequeno negócio de esquina, feito nos passeios das estradas, dominado por mulheres e associado, inicialmente, à venda de bens alimentares (que sofre o primeiro impacto da liberalização de preços), constituindo, assim, a fase emergente do que são presentemente estes mercados. Hoje, mantém-se as formas de pequeno negócio de esquina, ou ambulante, mas a evolução deste sector assumiu características diferentes. Entre grossistas e retalhistas, o sector informal oferece-nos uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são o reflexo do seu

crescimento. Acrescenta, dizendo, que os novos mercados que vão nascendo, ocupam terrenos baldios, e crescem de uma forma, extraordinariamente, rápida e descontrolada.

No entanto, funcionam sem infraestruturas físicas mínimas, e na maior parte dos casos, para além das construções precárias onde estão instalados, não estão abrangidos por um sistema de saneamento, distribuição de água e electricidade, ou se têm acesso à rede de abastecimento de água, ou um sistema de sanitários públicos, este processo mostra-se bastante insuficiente para as necessidades existentes. Com efeito, as taxas municipais pagas pelos vendedores, parecem não dar às autoridades administrativas uma obrigação de providenciar infraestruturas locais para o seu trabalho. Na maior parte dos casos estes mercados são classificados como transitórios, pelas mesmas autoridades, quer por terem crescido em zonas consideradas “impróprias” para o seu funcionamento, ou ainda por oferecerem condições de sanidade que, de acordo com os padrões estabelecidos, não garantem a saúde pública (ibidem).

Diferentemente de Santos (1994), o sector informal é aquele que engloba actividades que se desenvolvem à margem do controle oficial instituído e da regulamentação económica, carecem de registos fiscais e administrativos, de segurança social e estatísticos, sem acesso ao crédito formal, constituído por pequenas empresas que operam de forma, muitas vezes, irregular, com capital muito limitado e com um reduzido número de trabalhadores, actividades que colocam problemas de consistência na informação estatística e na avaliação económica, criando distorções no cálculo das variáveis macroeconómicas como o PIB, Rendimento Disponível, Inflação e Taxa de Desemprego.

Relativamente à natureza da economia informal, grande parte dos autores falam de uma crescente heterogeneidade, caracterizada por micro empresas de auto emprego que operam à margem da lei (evitando pagar taxas ou impostos), existência de poucas barreiras à entrada (devido às baixas qualificações académicas), acesso limitado ao crédito formal e capital necessário conseguido através de familiares, amigos e aprendizagem informal. O informal pode ser visto como consequência de uma governação pouco inclusiva e do carácter excessivamente punitivo do ambiente regulatório nacional, o que contrasta com o consenso politicamente estabelecido sobre a necessidade de acarinhar este sector (informal).

É de salientar que, da literatura revista sobre o sector informal, é de extrema importância reter que, embora haja diferentes definições do sector informal, que variam de acordo com o ponto de vista analítico, os conceitos abordados convergem para um ponto comum, as

características do sector informal. Sendo que, os autores são unânimes em todas as definições em considerar o sector informal como sendo aquele que carece de registo, para além de que opera em pequenas unidades do tipo familiar.

2.2.2. Representação social

O conceito de representação social tem a sua origem dentro da sociologia. Esse conceito, inicialmente, apareceu com o clássico deste campo Durkheim (apud, Filho 1988: 700), onde afirma que “a vida representativa não se pode repartir de uma forma definitiva entre os vários elementos nervosos, já que não existe representação para a qual não colaborem vários desses elementos, tal como a vida colectiva só pode existir no todo formado por reunião de indivíduos”. Síntese de elementos dispersos no meio social, as representações colectivas remetem à natureza supra-individual do homem, exprimem o ideal colectivo que tem origem na religião. São portanto impessoais e estáveis, comuns a todos na mesma medida em que emanam da comunidade dos homens, assim, instrumentos de intelecção do mundo e comunicação entre as razões individuais.

Para Durkheim, toda a representação é produto de uma síntese sempre no sentido químico do termo que lhe dá certa autonomia em relação a seu substracto. As representações individuais agora podem ser identificadas nas sensações; têm por base o organismo sem corresponder directa e univocamente à dos centros nervosos. A esse distanciamento Durkheim (apud, 1989:513) refere como espiritualidade característica dos factos intelectuais. De outra espécie são as representações colectivas que, urdidas através do meio social, identificam-se ao conceito. “As noções que correspondem aos diversos elementos da língua são portanto representações colectivas”.

As representações sociais, para Moscovici (2005), são dotadas de uma certa dinâmica e existem enquanto realidade objectiva, assim como subjectiva e são resultado de uma acção consciente dos indivíduos. O autor define representações sociais como sendo um sistema de valores, de noções de práticas relativas a objectos sociais, que abrem espaço para uma estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação e de elaboração de respostas, contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade.

Seguindo a linha do autor supracitado, Jodelet (2003) concebe as representações como um fenómeno que tem como finalidade guiar as pessoas, no modo de nomear e definir

conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma defensiva.

Conceito de representações sociais tem sua história na qual sofreu muitas formulações e reformulações que não podem ser esgotadas neste trabalho, contudo, Durkheim e Jodelet representam dois extremos dessa história. Neste trabalho seguimos a linha da Jodelet, autora que concebe representação social como sistema de imagem e valores que servem para orientar os indivíduos nas suas relações com o mundo e com os outros informando suas decisões, juízos e acções.

2.2.3. Subúrbio

O conceito de subúrbio é, geralmente, usado como sinónimo do conceito de periferia. De acordo com Soto (s.d), é importante distinguir esses dois conceitos, considerando o primeiro, que interessa neste trabalho, que define como áreas que circundam as áreas centrais dos aglomerados urbanos onde a população residente carece de infra-estrutura básica.

Essa é uma perspectiva geográfica, pelo que Soto (s.d) avança com outra definição, segundo a qual considera-se o subúrbio como sendo uma área com baixa densidade populacional onde podem existir pequenas propriedades agrícolas, condomínios de luxo, parques e até indústrias, representando assim um território intermédio entre o urbano e o rural.

Ainda assim, esta última definição faz com que se confunda subúrbio com periferia. Neste sentido podemos recorrer a uma perspectiva sociológica, apresentada por Domingues (1994) que afirma que o subúrbio corresponde a uma representação social estigmatizada, espaço de exclusão e de marginalidade social, da cidadania incompleta, marcando assim um distanciamento simbólico com relação ao centro do poder, onde se encontram os recursos económicos, políticos e culturais.

A perspectiva anterior pode ser apenas aplicável em casos específicos, pois não pode ser generalizada a ideia do subúrbio como um espaço de estigmatização e exclusão para todos os subúrbios e em todos os contextos. A definição de Martins (1992), parece-nos mais apropriada e susceptível de ser aplicável para contextos que serviram de base para a sua construção.

De acordo com este último autor, o subúrbio pode ser definido como um espaço intermédio entre a cidade e o campo. A este espaço corresponde uma consciência social híbrida e indefinida; uma manifestação de extremos e desencontros. De um lado o moderno que

irrompe; de outro, o antigo e tradicional, que ao contrário de desaparecer, permanece e faz parte de uma totalidade. O moderno e o tradicional não são antagónicos, ambos complementam-se.

2.3. Modelo de análise

Para Quivy e Campahoudt (1998), modelo de análise é a articulação de conceitos e hipóteses em forma operacional dos marcos e pistas que são retiradas da problemática, e que ajudam na orientação do pesquisador no trabalho de observação e de análise.

Conceito	Dimensão	Indicadores
Comércio Informal	Económico/Social	<ul style="list-style-type: none"> - Actividade de geração de renda familiar; - Sem aplicação de impostos; - Elaborado em um pequeno espaço físico; - Gestão doméstica do empreendimento comercial (número de empregados não superior a dois).
Representação Social	Subjectiva	<ul style="list-style-type: none"> - Significados atribuídos; - Valores que moldam as percepções; - Interacção entre os indivíduos.
Subúrbio	Geográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Zonas residenciais próximas a cidade; - Zonas em expansão, próximas a empreendimentos comerciais.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Metodologia

Segundo Marconi & Lakatos (2011), a metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias. Significa que a metodologia é a linha lógica de raciocínio com passos bem definidos de modo que o trabalho tenha qualidade desejada. Para preparar um trabalho utilizando metodologia científica é necessário criar as bases teóricas e considerações a respeito de uma determinada realidade que está a ser objecto do estudo. Neste contexto, na presente pesquisa, usaremos a abordagem qualitativa.

3.2. Abordagem do estudo

Na perspectiva de Richardson (1999), a abordagem qualitativa é um procedimento sistemático que, para a descrição e explicação de fenómenos, se caracteriza pelo não emprego da quantificação no processo da colecta de dados, assim como do não tratamento destes através de técnicas estatísticas, como acontece no caso do método quantitativo, mas sim faz uma análise de conteúdo dos dados colectados.

Julga-se adequado a utilização dessa abordagem, uma vez que está incluída nos objectivos do estudo, a intenção de buscar dados capazes de identificar os factores que ajudam-nos a compreender e complementar as limitações das abordagens estruturais que interpretam o social exclusivamente a partir de elementos estruturais e externos aos agentes. Tornou-se também importante o uso desta perspectiva para a análise dos valores, atitudes e factos interactivos do quotidiano dos vendedores informais.

Faz sentido a aplicação deste método, dado que a investigação qualitativa é vista como um terreno ou uma arena para a crítica científica social, do que como um tipo específico de teoria social, metodológica ou filosófica.

3.3. Método de abordagem

Relativamente ao método de abordagem, recorreremos ao método indutivo. Segundo Gil (2008), esse método permite assumir alguns poucos casos como objecto de estudo procedendo progressivamente com a análise de mais casos até atingir o ponto de saturação. Para valorizar a perspectiva dos sujeitos observados, o método indutivo foi fundamental e

que as hipóteses de estudos foram concebidas com base nas experiências e contacto que se tinha com o fenómeno em estudo e só posteriormente foram seleccionadas as teorias e os conceitos-chave.

De forma geral, a aplicação deste método permitiu partir dos munícipes envolvidos para aferir a forma como eles constroem e interpretam as regras e os procedimentos adoptados para transformação das residências em estabelecimentos comerciais, o que nos permitiu apreender os valores, crenças e significados da adopção de novos procedimentos para o exercício das actividades do comércio informal.

3.4. Método de procedimento

O método de procedimento usado foi o estudo de campo. Como diz Gil (2002), o estudo de campo apresenta muitas semelhanças com o levantamento. Distingue-se, porém, em diversos aspectos. De modo geral, pode-se dizer que o levantamento tem maior alcance e o estudo de campo, maior profundidade. A escolha deste modelo justificou-se pelo facto de que o mesmo oferece melhor aprofundamento das questões propostas permitindo maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objectivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

Nesta óptica este método de procedimento mostrou-se relevante para o nosso estudo pelo facto de que basicamente a pesquisa foi desenvolvida por meio da observação directa das actividades do grupo estudado e entrevistas com os informantes para captar suas explicações e interpretações sobre o que ocorre no grupo. É de salientar, ainda, que porque no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, no presente caso, é enfatizada a importância de o mesmo ter adquirido experiência directa com a situação de estudo.

3.5. Universo e amostra de pesquisa

Em relação à amostra de pesquisa, Marconi & Lakatos (2007), afirmam que o universo de pesquisa é termo usado na pesquisa qualitativa para designar o conjunto de elementos agrupados em função das características que possuem e partilham, representando os casos de interesse de um estudo. Por sua vez, continuam as autoras, a amostra é o número limitado retirado dos elementos universo que se submete à observação, sendo que recorre-se à amostragem para a selecção desses elementos por observar.

Neste sentido, no presente trabalho, definimos como universo de pesquisa 26.736 residências que compõem os três bairros suburbanos do Município da Matola, nomeadamente Khongolote, T-3 e Zona Verde e as autoridades municipais que actuam nesses bairros.

Quanto ao tamanho da amostra não definimos *à priori*, entretanto de um total de 837 residências transformadas em estabelecimentos comerciais, identificamos 14 residências onde entrevistamos 14 pessoas que exploram o comércio informal. Para a prossecução dos nossos objectivos, entrevistamos também 4 residentes nos mesmos bairros que não exploram o comércio informal e a autoridade municipal que actua três bairros, representada por 2 policiais e 1 elemento administrativo, capazes de não só nos dar informações profundas como também diversificadas. O número da amostra foi limitado pelo esgotamento da diversificação da informação em torno da transformação das residências em estabelecimentos comerciais. Como podemos notar do universo das residências que compõem os três bairros, em cada 32 residências existe uma (1) transformada (32/1).

Neste contexto, observa-se que os bairros objecto do estudo apresentam o rácio seguinte: Khongolote do universo de 12.952 residências, 595 estão transformadas para estabelecimentos comerciais (22/1), T3 do total de 4.059 residências - 84 estão transformadas (48/1) e Zona Verde do universo de 9.725 residências, 158 estão transformadas (62/1).

O número de 21 não foi o total de entrevistados para a amostra que estavam abertos a participar, porém, sentimos a necessidade de reduzir o número dos residentes seleccionados para a entrevista, pois, foi se observando que a informação com os participantes começava a tornar-se repetitiva, não trazendo, por conseguinte, novos aspectos relevantes de serem interpretados para melhor compreensão do objecto de estudo. Consequentemente, os dados que se tem, em função da sua profundidade e liberdade dos participantes em expressar os seus posicionamentos, espelham a diversidade característica da amostra.

Para seleccionar os participantes de modo a identificá-los, localizá-los e convidá-los para participar do estudo, tomamos em consideração os critérios seguintes:

a) **Inclusão:** (i) Ser residente no município da Matola, que tenha casa como estabelecimento comercial ou a explorar negócio numa residência transformada e seja de autoridade municipal competente; (ii) Ter transformado a residência em estabelecimento comercial; e (iii) Disponibilidade para participar de estudo.

b) **Exclusão:** (i) Não ser residente no município da Matola; (ii) Não ter transformado a residência em estabelecimento comercial; e (iii) Não estando disponível para participar no estudo.

3.6. Técnica de amostragem

Neste estudo optamos pela amostragem não probabilística, técnica na qual a selecção dos participantes não ocorre aleatoriamente, pois, segue critérios específicos estabelecidos pelo pesquisador (Richardson, 2008). Nesta abordagem usamos a amostragem intencional. A técnica consiste em seleccionar um subgrupo da população alvo que, com base nas informações disponíveis, pode ser considerado representativo do grupo mais amplo (Filho, s.d). A escolha deste tema foi guiada pelo prévio conhecimento nosso sobre as características do grupo alvo que pretendíamos estudar, tendo em conta os nossos objectivos de estudo. Após o mapeamento das zonas que foram propostas como locais de estudo, identificámos algumas residências que tinham em frente ou no seu interior estabelecimentos de comercialização de produtos diversos. Após a nossa apresentação junto da entidade administrativa do bairro, dirigimo-nos às residências que correspondiam aos objectivos por nós traçados.

3.7. Técnicas de recolha de dados

A produção de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, observação directa e entrevistas semiestruturadas.

3.7.1. Levantamento bibliográfico

A técnica geralmente é usada como complementar para a análise de dados primários e permite ao investigador recolher informação junto de fontes secundárias disponíveis nas bibliotecas, internet e outras fontes (Gil, 2017), sendo que os dados que trazem já foram objecto de análise teórica. Neste trabalho, usamos a mesma técnica para a recolha de informação, nomeadamente, em artigos e livros, a partir da qual realizámos a pesquisa para o presente trabalho de fim do curso. As fontes, mostraram-se relevantes para o melhor enquadramento da análise que foi feita no debate académico-científico em torno do comércio informal.

A mesma técnica também foi adoptada para construir o referencial teórico por meio da consulta de livros, artigos científicos, manuais, nos quais estão disponíveis informações

sobre comércio informal, entre outras questões que se mostraram relevantes para uma melhor compreensão e discussão dos dados como se pode observar na revisão bibliográfica.

3.7.2. Entrevistas semiestruturadas

Para obter informações e recolher dados que não seria possível, apenas, através da observação directa, não participante e da análise documental, realizamos entrevistas semiestruturadas aos residentes dos bairros suburbanos do município da Matola, seleccionados para o efeito. De acordo com Marconi & Lakatos (2003), esta técnica possibilita ao investigador assumir uma série de perguntas antes definidas e colocá-las sistematicamente aos entrevistados, reservando-se o direito de formular novas perguntas e, ao entrevistado, espaço para oferecer respostas livremente. Esta técnica foi apropriada para operacionalizar a redução fenomenológica, dando aos interlocutores a liberdade de expressar-se e, ao mesmo tempo, explorar novos aspectos que foram emergindo ao longo da narração.

Para este estudo, a entrevista permitiu a nossa intervenção, durante a recolha de dados, para reorientarmos os interlocutores de acordo com os objectivos do estudo. O recurso à entrevista semiestruturada justificou-se pelo facto de que a perspectiva fenomenológica adoptada aborda a realidade sob ponto de vista dos sujeitos de pesquisa, deixando que sejam eles mesmos a narrar as suas experiências à medida que as atribuem significados. Para a sua aplicação, foi desenhado um guião de entrevista contendo as perguntas-tema a serem feitas a todos os residentes que iriam participar de estudo.

Realizámos as entrevistas durante três semanas, no período de 15 de Maio a 05 de Junho 2024, na Província de Maputo, Município da Matola, Posto Administrativo de Infulene, especificamente nos bairros de Khongolote, T-3 e Zona Verde. As entrevistas tiveram a duração média de 40 minutos, estendendo-se para 1:00 hora de tempo, apenas em duas ocasiões, e foram realizadas em locais indicados pelos próprios entrevistados. Foi importante que estivemos isolados, sem que estivesse outra pessoa a acompanhar a conversa, pois, sentiram-se à vontade para falar sobre o assunto, já que se tratava de questões que mexem com suas vidas.

O tempo que durou a entrevista da maior parte das pessoas, cerca de 40 minutos, deveu-se ao carácter objectivo e pontual das questões que foram sendo lhes colocadas aos entrevistados, assim como pelo facto de que ao responderem uma questão, acabavam respondendo uma e outra pergunta, antes mesmo de ser colocada a questão. O interesse dos

entrevistados pelo tema em estudo, contribuiu para se expressarem de forma livre e aberta. Entretanto, no momento da sistematização dos dados, fizemos recorte dos discursos de modo a extrair o conteúdo que responde a cada pergunta do guião, como forma de facilitar a análise e interpretação dos dados.

Nenhuma entrevista foi gravada, por ter sido essa a condição imposta pelos entrevistados para a sua participação na pesquisa. Como recurso, usamos bloco de notas para registarmos a informação que fomos obtendo nas entrevistas. Para assegurar que nenhuma informação passasse despercebida, pedimos para que os entrevistados falassem paulatinamente o que foi aceite, embora em alguns momentos, pela dinâmica discursiva, assumiam ritmo acelerado, mas depois retomavam ao ritmo antes acordado.

Os nomes indicados na secção de análise de resultados são fictícios, procedimento adoptado para garantir o anonimato dos munícipes participantes das entrevistas. Guerra (2006), assinala que a relação entre a validade de uma investigação e o respeito por princípios de ordem ética visa informar correctamente os indivíduos dos objectivos da investigação e para proteger as fontes. À saída do campo da pesquisa o pesquisador seguiu as recomendações propostas por Costa (2009), agradecendo aos colaboradores e assumindo o compromisso de, oportunamente, retornar ao local para apresentar os resultados do estudo.

3.8. Técnicas de análise dos dados

A sistematização, análise e interpretação dos dados foi efectuada a partir das considerações pertinentes à temática abordada, sempre com amparo nos objectivos da pesquisa e no referencial teórico levantado, bem como a natureza dos dados. Para o tratamento e análise dos dados qualitativos, adoptámos a análise de conteúdo temático. Richardson (1999), afirma que a análise de conteúdo é, geralmente, utilizada para estudar os dados em pesquisas qualitativas, fazendo uma leitura das ideias e, posteriormente, incidir sobre os elementos e regras que determinam essas ideias. Na sua vertente temática, Creswell (2007) afirma que para a compreensão do objecto de estudo em causa, implica a descrição detalhada do conteúdo da informação, tendo como referência o cenário e as pessoas envolvidas, explorando os temas e questões relevantes.

Na presente pesquisa, a análise de conteúdo temático consistiu na selecção da informação das entrevistas, das fontes documentais e bibliográficas em função de temas definidos aprioristicamente e ao longo da selecção e análise dos dados.

3.9. Questões éticas do estudo

Durante a realização do trabalho de campo, observamos, como era nosso dever, questões éticas relativamente aos entrevistados e no tratamento dos dados, nomeadamente: consentimento informado, anonimato, confidencialidade, direito à privacidade, benefícios e divulgação dos resultados. O consentimento informado foi uma das questões base para o nosso trabalho cuja observância tinha como objectivo informar ao entrevistado a importância do estudo, permitindo, por conseguinte, que o mesmo se informasse, pormenorizadamente, sobre o mesmo para decidir sobre a sua participação, podendo recusar.

Nesse contexto, informamos sobre o tema de estudo, âmbito de sua realização, seus objectivos, sua finalidade, sua liberdade de aceitar ou não de fazer parte do referido estudo, abertura para fazer perguntas ao pesquisador que considerasse pertinentes e a possibilidade de o mesmo desistir durante a sua participação, por qualquer motivo que considerasse suficiente para recuar da decisão antes tomada.

O anonimato foi observado por meio da não identificação dos entrevistados com base nos seus nomes, sejam estes reais ou fictícios, pelo que, ao longo do registo das entrevistas e análise e interpretação dos dados, para distinguirmos os nossos entrevistados, usamos a numeração dos depoimentos que apresentamos.

A confidencialidade é uma questão que observamos por meio da restrição do acesso aos dados recolhidos, analisados e interpretados. O trabalho foi conduzido por um único investigador (estudante-autor), foi este o responsável pela realização das entrevistas, transcrição dos conteúdos e a respectiva análise e interpretação dos dados. Desta forma, conservamos a informação no âmbito da realização da monografia e no campo científico.

Observamos o direito à privacidade com base na elaboração e administração de questões que não se referissem à intimidade dos entrevistados, há aspectos que os entrevistados não preferiram partilhar com o investigador. Antecipadamente, foram informados que não eram obrigados a responder todas as questões, sobretudo aquelas que considerassem ser da esfera privativa. Procuramos também evitar a manipulação de perguntas como forma de fazer os entrevistados facultarem informação privada inconscientemente.

A divulgação dos resultados é uma questão ética observada no âmbito do cumprimento do princípio (imperativo institucional) segundo o qual o conhecimento científico é comunitário (Coelho, 2017), devendo ser partilhado por todos. Desta forma, colocaremos este trabalho à

disposição de qualquer pessoa interessada, sendo que o presente trabalho será depositado na biblioteca virtual da Universidade Eduardo Mondlane.

3.10. Constrangimentos do estudo

Na realização do trabalho de campo tivemos, como é óbvio, constrangimentos que importa destacar. O primeiro constrangimento foi da desconfiança por parte dos entrevistados das nossas reais intenções. Para dissipar as dúvidas, que reinavam no seio dos entrevistados, exibimos a credencial que portávamos para sossegá-los, explicando, também, sobre a nossa qualidade de estudante da UEM – Universidade Eduardo Mondlane, acrescentando que a nossa pesquisa era meramente académica.

A credencial que usamos durante o nosso trabalho, foi nos passada pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais para ser apresentada ao Posto Administrativo de Infulene, no Município da Matola. Por orientação das autoridades do mesmo posto administrativo, remetemos a mesma credencial ao Conselho Municipal da Matola que, por sua vez, elaborou uma outra com a qual nos apresentamos, novamente, ao posto administrativo, onde se localizam os três bairros que foram o nosso objecto de estudo.

O segundo constrangimento foi a interrupção das entrevistas, uma vez que, os entrevistados estavam a realizar as suas actividades comerciais, por consequência, as entrevistas eram interrompidas para o atendimento dos clientes. Para superar este constrangimento tivemos que ser pacientes, planificando-nos e aguardando algum tempo – de modo a terminarmos as entrevistas para a concretização dos nossos objectivos.

O trabalho de campo, sendo uma arte, só se pode ensinar até certo ponto. São palavras de Geertz (2008), que serviram de base para o nosso comportamento junto dos munícipes entrevistados. A paciência, a compreensão e a criatividade foram mecanismos para os quais recorremos por forma que o nosso trabalho de recolha de dados fosse possível, do qual resultou a informação que é apresentada e analisada (discussão) no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, discutiremos os dados colhidos em campo, fazendo uma relação entre a teoria, a literatura analisada e os conceitos discutidos ao longo do trabalho, com vista a compreender o processo de transformação das residências em estabelecimentos comerciais.

Conforme acima indicado, primeiro iremos apresentar as características sócio-demográficas dos entrevistados, de seguida as percepções sobre os estabelecimentos comerciais e sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais e por último, o processo da transformação das residências dos munícipes em estabelecimentos comerciais.

4.1. Características sócio-demográficas dos entrevistados

Nesta secção apresentamos as características sócio-demográficas dos entrevistados, tomando em consideração as variáveis, local da entrevista, sexo, idade, escolaridade, religião, ocupação, tempo de residência no bairro e tempo no mercado informal.

CATEGORIAS			
Total – 21 entrevistados			
Sexo		Idade	
Homens (15)	Mulheres (6)	Mínima: 33 anos	Maxima: 68 anos
Bairros Residenciais (entrevistados)			
Khongolote (7)	T.3 (9)	Zona Verde (5)	
Nível Académico			
Nível Primário (4)	N. Secundário (11)	Nível Médio (1)	Nível Superior (5)
Igreja dos Entrevistados			
Católica Apostólica Romana (8)	Velha Apostólica (9)	Assembleia de Deus (2)	Anglicana (2)
Ocupação dos Entrevistados			
Lavador de Carros (1)	Serralheiro (1) Autor. Municipal (3)	Cabelereiras (2) Residentes (4)	Vendedores Estab. Comercial (10)

Neste contexto, constata-se que são poucos os entrevistados, praticantes do comércio informal, que possuem formação profissional, identificando-se um formado em contabilidade (nível médio) e dois licenciados como as três com formação, sendo os outros três da autoridade Municipal, e os demais não declararam nenhuma formação acadêmica específica.

O exposto permite tecer algumas considerações em torno do perfil dos entrevistados. Estes vendedores incluem duas faixas etárias, nomeadamente de adultos e idosos, com diferentes níveis de escolaridade, desde o primário até ao nível superior, o que significa que o sector informal integra também pessoas com níveis elevados de escolaridade.

4.2. Representações sociais sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais

Neste subcapítulo abordamos as diferentes representações sociais que os vendedores informais e os munícipes em geral têm dos estabelecimentos comerciais e da transformação das residências em estabelecimentos comerciais. Por forma a aferirmos o que dizem os entrevistados, fizemos a análise e interpretação dos dados, com base na identificação de cada depoimento apresentado. Para a prossecução desse desiderato, a seguir apresentamos duas categorias que espelham o presente subcapítulo: i) noções que os munícipes têm de estabelecimento comercial; e ii) noções que os entrevistados têm sobre a transformação da residência em estabelecimento comercial.

4.2.1. Estabelecimento comercial “lugar de venda de produtos”

Apesar de os entrevistados não terem a clareza do termo estabelecimento comercial, no decorrer do diálogo, alguns apresentaram algumas ideias sobre o que entendem de estabelecimento comercial. Nesta parte do trabalho, dedicámo-nos à análise e interpretação dos dados referentes às representações que os vendedores informais constroem sobre os estabelecimentos comerciais como lugar de comercialização de produtos alimentícios. Tal entendimento está reflectido nas narrativas que abaixo se seguem:

Eu entendo estabelecimento comercial como lugar que comercializa produtos alimentícios e bebidas alcoólicas. (Almiro, 35 anos no mercado informal).

Não sei bem, mas é sítio de fazer negócio. Eu acho que é onde se faz comércio, ou vende-se produtos comestíveis. (João, com 26 anos no mercado informal).

É mesmo que dizer loja para vender produtos como arroz, farinha, açúcar, e bebidas alcoólicas, como pode ver nessa mina barraca. (António, com 20 anos no mercado informal).

Numa outra ocasião outros entrevistados acrescentaram o seguinte:

Bom pelo que eu li, estabelecimento comercial é lugar destinado para a venda de qualquer produto alimentar e bebidas alcoólicas, também os salões e lojas de roupas são consideradas como tal. (Laura, 12 anos como policial Municipal).

Estabelecimento comercial é toda infra-estrutura que presta serviços de trocas comerciais, onde existe o fornecedor e um comprador de um determinado produto ou artigo. (Jordão, 17 anos como policial Municipal).

A informação que os entrevistados têm sobre estabelecimento comercial pode derivar da representação social que eles têm sobre os mesmos, assim como a forma como esta é tratada. Observando os depoimentos dos entrevistados, identificamos alguns elementos que caracterizam os estabelecimentos comerciais, tais como infra-estruturas, produtos para a comercialização, etc. Todas estas percepções estão associadas às experiências vividas pelos mesmos, que tornam possível a existência de diferentes significados e reforça a reconstrução dos significados existentes.

Corroborando com as evidências, os vendedores informais e as autoridades municipais sabem definir o conceito de estabelecimento comercial e detêm um vasto conhecimento acerca do mesmo. Segundo Schutz (1979), ao longo das suas trajectórias, os indivíduos vão construindo e reconstruindo suas percepções podendo ao longo do tempo (passado, presente e futuro) uma mesma realidade ter sentidos diferentes.

Com base no nosso quadro teórico de Moscovici (1961), afirmamos que as representações sociais que os indivíduos têm resultam do saber prático da sociedade e do senso comum, facilitando a comunicação entre os actores sociais mediante as suas interrogações à volta dos objectos com os quais interagem. Assim, é através das representações que os actores sociais constroem noções e interpretações que dão sentido à realidade.

Os dados que analisamos e interpretamos neste trabalho demonstram que alguns entrevistados baseiam-se na representação do estabelecimento comercial como local ou seja lugar para comercialização de produtos alimentícios. Esta representação é mantida pelo facto de que, não obstante partilharem o mesmo espaço geográfico com os que praticam a mesma actividade, nem sempre se estabelece relação de amizade. Na secção anterior recorreremos à

representação que estes possuem sobre estabelecimento comercial, o que não difere nesta secção o procedimento que adoptamos.

4.2.2. Estabelecimentos comerciais nas residências, “lugar para exercício de actividade económica”

Os dados recolhidos no campo permitem-nos identificar uma e única categoria quanto às representações que os munícipes têm da transformação de residências em estabelecimentos comerciais. Porque identificamos convergência no pronunciamento dos entrevistados, a análise e interpretação dos dados que fizemos não foi de forma diferenciada, simplesmente indicamos os depoimentos das partes, nomeadamente dos munícipes e da autoridade municipal que podemos apreciar a seguir:

Transformação de residências em estabelecimentos comerciais é mesmo dizer que fazer da sua casa uma barraca para venda de produtos alimentícios e bebidas alcoólicas. (Simão, com 20 anos no mercado informal).

É quando uma parte da casa é reabilitada para fazer uma barraca para vender qualquer que seja produto alimentício. Enfim, é a construção de barraca numa casa. (Artur, com 34 anos no mercado informal).

Numa outra ocasião outros entrevistados acrescentaram que:

É mesmo que transformar residências em barracas ou lojas destinadas para a venda de qualquer produto alimentar e bebidas alcoólicas, também os salões e lojas de roupas são consideradas como tal. (Jordão, 17 anos como policial Municipal).

Para mim, é transformar a infra-estrutura da casa para fazer uma barraca para vender um determinado produto ou artigo. (Laura, 12 anos como policial Municipal).

Os dados que analisamos e interpretamos nestes depoimentos demonstram que os nossos entrevistados baseiam-se na representação da transformação de residências em estabelecimentos comerciais como lugares, lojas, infra-estruturas para a prática de actividades comerciais. Esta representação não pode ser assumida plenamente pelo facto de que a literatura defende que o mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interacção e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos actores envolvidos.

Quando a noção de estabelecimento comercial nas residências é entendida de forma única, isso implica que há uma visão compartilhada, uniforme, de que esses espaços são predominantemente vistos como lugares viáveis para o exercício das actividades

económicas. Neste caso, a ideia de combinar residência e comércio reflecte uma adaptação ao contexto social e económico, em que a linha entre o espaço doméstico e espaço de trabalho se torna fluída e funcional.

A partir da teoria de Moscovici (1961), essa representação uniforme pode ser interpretada como uma construção colectiva que responde a uma necessidade prática e de sobrevivência, sendo aceite ou normalizada pelos membros da sociedade. Isso ocorre em contextos onde as dificuldades económicas e a informalidade predominam, e onde a divisão tradicional entre o lar e o trabalho se dissolvem em função da lógica de eficiência e flexibilidade. Nesse caso, o espaço residencial, em vez de ser estigmatizado, é visto como uma solução pragmática, onde a actividade económica é integrada à vida quotidiana, contribuindo para a construção de um entendimento social comum de que essa prática é válida e até desejável em situações determinadas. Essa representação colectiva ainda que única, pode ser dinâmica, reflectindo a adaptação dos novos tempos.

4.3. Processo de transformação das residências dos munícipes em estabelecimentos comerciais

Neste ponto, analisamos os processos por detrás da transformação das residências em estabelecimentos comerciais, assim como as relações que são estabelecidas entre os munícipes detentores de residências/estabelecimentos comerciais, para além dos outros actores envolvidos, os familiares e a vizinhança dos bairros de Khongolote, T-3 e Zona Verde, objectos do estudo.

Este estudo começou por explorar as razões que levaram os entrevistados a optarem pelo mercado informal e, por conseguinte, a transformação das residências em estabelecimentos comerciais nos referidos bairros suburbanos. Durante o trabalho que realizámos, constatámos a existência de diferentes factores ligados a questões económicas como a falta de emprego formal e para a questão cultural como continuação das actividades comerciais de linhagem geracional.

4.3.1. Ausência de emprego formal – “a transformação de residências como um meio de sobrevivência”

Nesta secção abordam-se os factores que motivaram a transformação das residências em estabelecimentos comerciais. Com a finalidade de explorar as razões que levaram os munícipes a se inserirem no mercado informal e na transformação das respectivas residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos, nas entrevistas que

realizamos aos visados constatámos que existem diferentes factores influentes, começando pelo factor sobrevivência, como demonstram as passagens que se seguem:

Agora não é fácil conseguir emprego e para sobreviver, só podemos procurar vias alternativas. Esperei muito por trabalho, então acabei entrando para o mercado informal para não morrer de fome, por isso que abri barraca aqui em casa para vender qualquer coisa para alimentar meus filhos. (António, com 20 anos no mercado informal).

É para eu fazer o quê? Só posso vender para não morrer de fome. Aqui apanho dinheiro para viver, comprar outras coisas para casa. (Arone, com 10 anos no mercado informal).

Em Moçambique não é fácil conseguir emprego por isso decidi fazer este negócio. Quando meu pai perdeu emprego e foi indemnizado decidiu dividir o terreno para construir aqui a frente duas barracas para vender bebida da e outra para vender coisas de mercearia e verduras. Antigamente ele vendia bebidas e minha mãe vendia na mercearia. Por causa da idade eles abandonaram o negócio. Os meus irmãos mais velhos juntaram dinheiro para eu recomençar o negócio da mercearia e alugamos a barraca das bebidas. Dinheiro de alugar ajuda nas outras despesas. (Acácio, com 30 anos no mercado informal).

Quando o papá abandonou a casa a mamã decidiu vender alguma coisa para o nosso sustento. Com o tempo o negócio cresceu, foi quando decidi construir a barraca aqui em casa para vender muitas coisas. (Amélia, com 25 anos no mercado informal).

Os entrevistados optaram pelo comércio informal motivados por factores sócio-económicos, destacando-se dois aspectos motivadores para transformação das residências em estabelecimentos comerciais, nomeadamente, a falta de emprego, aparecendo o mercado informal como uma solução e resposta das dificuldades que as pessoas enfrentaram para conseguir emprego no sector formal, surgindo o sector informal como alternativa, por um lado, e a busca por uma fonte de renda, por outro lado. Enquanto uns buscam no mercado informal uma fonte de renda para a sua sobrevivência, outros buscam uma fonte de renda para a conquista e exercício da sua autonomia em relação às pessoas de quem dependiam.

Estudos realizados por Chichava (1998) e Mosca (2009), apontam que os indivíduos recorrem ao sector informal motivados por factores económicos de diversa ordem, desde a busca pela sobrevivência e pela busca por formas alternativas de trabalho, pelo menos na sua etapa inicial. A identificação dos factores económicos antes alistados, dentre outros, tem concorrido para que o sector informal seja apontado como “fruto de uma necessidade, originada pela retracção do sector formal que não proporciona novas oportunidades de emprego ou de subsídio de desemprego” (Silva, s.d, p. 11).

A transformação de residências em estabelecimentos comerciais como resultado da ausência de emprego formal pode ser entendida ou melhor enquadrada na teoria de Moscovici (1961), quando refere que as representações são formas colectivas de pensamento, neste contexto, a conversão de residência em um lugar de comercialização, implica uma mudança nas representações sociais que os membros têm do próprio lar e do trabalho. A casa, antes considerada um espaço privado e de convivência familiar, passa também a ser visto como um local de produção e troca comercial. Esse movimento reflecte uma adaptação às condições económicas adversas, mas também é reflexo das representações colectivas sobre a sobrevivência e a resistência. Argumentando, Moscovici (1961), considera que as representações sociais não são imutáveis, mas evoluem conforme as necessidades e as pressões do contexto social. Neste sentido, a ausência de emprego formal leva à construção de uma nova representação social de trabalho, na qual o comércio domiciliar torna-se uma prática legitimada, embora informal.

4.3.2. Estabelecimentos comerciais em residências resultado de “ofício familiar”

O estabelecimento comercial em residências, nesta perspectiva, é entendido como ofício familiar, que representa uma prática que transcende a simples transacção económica, sendo também uma forma de manutenção de conhecimentos tradições passados geracionalmente. Neste contexto, o comércio em casa, não é apenas uma actividade de subsistência, mas uma extensão de identidade e dos costumes familiares, onde o saber do ofício é transmitido no núcleo familiar.

Conforme indicamos anteriormente, não foram, exclusivamente, factores económicos que ditaram a transformação das residências em estabelecimentos comerciais, existem outros de natureza sociológica, apontados, que ditaram a inserção dos entrevistados no comércio informal e que, posteriormente, resultou na decisão de transformar as residências em estabelecimentos comerciais, como se pode observar nos depoimentos seguintes:

Quando o meu avó faleceu deixou a casa com três filhos, o meu pai e dois irmãos dele, para além de 5 tios que tem casas deles. Como forma de resolver o problema o meu pai falou com os irmãos para eles aceitarem ir ocupar uma parte do espaço que era machamba dos nossos avós em Matibwana, ajudando-lhe a construir as casas deles. (Jerónimo, com 10 anos no mercado informal).

Este negócio o papá aprendeu com pai dele. Primeiro vendia numa banquinha. Agora temos barraca e este negócio é antigo. O dinheiro do salário não chega para nada. Vendemos

todos os produtos de mercearia e agora vendemos também legumes. (Leonardo, com 15 anos no mercado informal).

Depois do pequeno negócio que eu fazia, construir a barraca foi boa coisa que fizemos aqui em casa porque a nossa família é muito grande. Somos 8 pessoas, quando o meu marido perdeu emprego a vida ficou muito dura para nós. (Alzira, com 28 anos no mercado informal).

Num outro depoimento foi referido que:

O negócio que faço, aprendi com as minhas irmãs mais velhas e elas aprenderam com a nossa falecida mãe, aqui ganho dinheiro para as despesas da casa assim como pagar “xitique”. (Cesaltina, com 27 anos no mercado informal).

Eu sempre trabalhei nas minas da África do Sul onde tinha já trabalho o meu pai e os meus tios. Quando trabalhava nas minas as minhas duas mulheres ajudavam porque faziam alguns negócios vendendo algumas coisas que eu mandava ou trazia. Essa forma de fazer as coisas eu aprendi com os meus tios que tinham esse hábito. Isso nos ajudou muito e continua ajuda. Nós temos 11 filhos neste momento vivemos com 7 e 3 sobrinhos. (Artur, com 34 anos no mercado informal).

Minha família construiu a nossa casa e comprou os nossos bens com o comércio informal. Eu digo que também estou a conseguir o que tenho por meio do comércio informal. Tenho o que tenho por causa do que faço, por isso, não posso reclamar de nada, estou a enriquecer. (Acácio, com 30 anos no mercado informal).

O comércio realizado em residências como um ofício familiar, além de ser uma prática económica, carrega uma forte componente social, reflecte não apenas uma forma de sustento, mas também a estrutura social enraizada no quotidiano e nas relações familiares. Com base nos dados do campo, a interpretação que fizemos nos parágrafos anteriores é sustentada com recurso à teoria de representações sociais operacionalizada neste trabalho. Nos universos consensuais da vida quotidiana os actores sociais no contexto de interacção têm a mesma competência de elaborar e partilhar significados das experiências práticas vivenciadas (Moscovici, 1961).

Ademais, a análise do comércio nas residências dos munícipes como um ofício familiar, na perspectiva do autor supracitado, é compreendida através do conceito de representações sociais a que se referem as formas colectivas de conhecimento construído e partilhado por grupos sociais. As representações sociais "são uma forma de conhecimento socialmente elaborado, partilhado e organizado, que serve de orientação para acção" (Moscovici, 1961, p.9). Neste sentido, o ofício familiar no comércio é uma prática impregnada por

valores, crenças e normas transmitidas entre gerações, como afirma (Leonardo, com 15 anos no mercado informal), “*Este negócio o papá aprendeu com pai dele. (..)*”.

Além disso, o comércio familiar pode ser visto como um espaço de construção de poder e hierarquia, onde as representações dos mais velhos, acabam influenciando os mais jovens, mas também abrem espaço para transformações, à medida que as gerações mais novas podem contestar ou modificar essas práticas como ilustra (Alzira, com 28 anos no mercado informal) “*Depois do pequeno negócio que eu fazia, construir a barraca foi boa coisa que fizemos aqui em casa porque a nossa família é muito grande. (...)*”. Assim, o comércio nas residências se configura como uma prática social que é continuamente negociada, adaptada e reinterpretada dentro da esfera familiar, reflectindo as dinâmicas de poder e as influências externas, (Moscovici, 1961). Neste contexto podemos afirmar que a inserção no comércio informal representa comportamento que reflecte a extensão da componente social de alguns dos entrevistados na amostra deste trabalho.

4.3.3. Família uma base de respeito mútuo na transformação das residências em estabelecimentos comerciais

Nesta secção partimos do pressuposto segundo o qual, a família constitui elemento unificador de coesão social das práticas individuais e comunitárias. A família é o centro das relações sociais e agente de socialização, onde se constrói e desenvolve o indivíduo, através da transmissão de valores essenciais, primados na ética, na moral, no carácter e intelecto onde é laço entre as necessidades intrínsecas ao ser humano e as normas de convívio social o ponto de partida.

As entrevistas realizadas aos munícipes contemplados mostram que existe uma relação forte entre eles e os seus grupos de pares. Os depoimentos que apresentamos a seguir revelam alguns papéis desempenhados nas relações sociais em referência:

Eu tenho uma boa relação com meus familiares, porque os considero meus irmãos. Nós ajudamos uns a outros a todos momentos, e quando nos encontramos falamos quase de tudo que tem a ver com negócios. (Américo, com 25 anos no mercado informal).

A relação que tenho com meus familiares é saudável, mas nem sempre estamos de acordo, uns com outros. Eu gosto de estar com eles porque conversamos sobre tudo, sexo, namoro, “tchilings” (significa passeios em grupos, nocturnos para locais de dança). E para mim é sempre bom em primeiro lugar procurar conselhos neles, do que nos meus pais. (Alzira, com 28 anos no mercado informal).

Só respeito entre nós, as pessoas aqui são solidárias, acho que é porque somos da mesma zona. Respeitar é relacionar-se de boa forma, não causar problemas e não fazer fofocas, mas procuramos ajudar o outro quando precisa. (António, com 20 anos no mercado informal).

A análise que fazemos dos depoimentos acima, mostra que existe dois princípios transversais entre os entrevistados, o que interpretamos como indicador da sua partilha. A partir do primeiro ao último depoimento, notamos que os princípios de respeito e inter-ajuda se repetem recursivamente, sendo que todos os entrevistados reconhecem a existência de normas e valores que devem reger as suas relações sociais, particularmente, entre os familiares. Embora as normas e valores possam ser partilhados é indispensável observar os sentidos que recebem, uma vez que, os actores possuem a capacidade de reconstruir os seus sentidos. O respeito enquanto um valor assume vários sentidos, partilhar informação, se preocupar com os problemas dos outros, não falar mal dos outros e não causar problemas para ambos.

Com base nos pressupostos supracitados, associamos as ideias defendidas por Berger e Luckmann (2004), quando afirmam que a família é a base estrutural dada pelas formas culturais codificadas e pelas instituições normativas directamente ligadas ao processo de socialização. Através das representações os actores sociais constroem noções e interpretações que dão sentido à realidade. Jodelet (1989), afirma que as representações sociais são socialmente elaboradas e compartilhadas, de modo a contribuir para a construção de uma realidade comum, possibilitando, assim, a comunicação. Envolvem, essencialmente, fenómenos sociais que, mesmo que identificados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser compreendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções ideológicas e simbólicas a que servem e das formas de comunicação nas quais circulam.

4.3.4. Transformação das residências em estabelecimentos comerciais: aceitação e conflito entre os vizinhos

Neste subcapítulo, partimos da ideia de que a vizinhança é espaço de relações de cooperação e de intimidade, e nota-se que nos bairros estudados há investimento afectivo interpessoal, fundamental para a preservação da coesão social. No entanto, com base nos últimos depoimentos observamos que com a transformação das residências em estabelecimentos comerciais, a relação com a vizinhança não é salutar, sendo definida como de polaridade, pois, caracteriza-se por aceitação e relação conflituosa entre grupos.

Temos que ter respeito uns com os outros, respeitar a vida do outro para que eles respeitem a sua vida. Aqui, cada um tem o seu espaço apesar de estar na mesma situação que eu. Dar informação quando é necessário, não andar por aí a falar do outro porque é como tu. O respeito é não criar problemas, é ter uma boa relação e reconhecer que cada um tem sua vida, mas não há isolamento, é importante ajudar-se. (Jerónimo, com 10 anos no mercado informal).

É de entendimento, de ajuda. Quando não tens dinheiro, esse dia, alguém vai-te ajudar porque também sabe que, um dia, vai precisar da sua ajuda. Você pode ir levar produto sem dinheiro e pagar depois. Também pode levar produto ou dinheiro emprestado para pagar depois, há quem nem te exige pagamento depois. (Joana, com 26 anos no mercado informal).

Neste bairro tem muita bandidagem provocada pelas barracas. Eu estou aqui quase 50 anos. Nós vivíamos bem, mas desde que surgiu verbenas no quarto congresso do partido e depois muitas barracas a vida mudou muito. As pessoas tocam músicas, dançam nas gritarias, as pessoas são esfaqueadas e também já morreram e polícia não faz nada. (Raul, residente do bairro T3).

Quando vem um vizinho meu e eu não tenho uma certa coisa que ele quer pedir, eu posso ir levar na barraca da minha vizinha aqui do lado e depois eu vou devolver ou dou o dinheiro. Ele também quando está na mesma situação faz o mesmo, (Arone, com 10 anos no mercado informal).

As relações estabelecidas entre os vendedores informais com outros actores nesse espaço não são apenas de trocas de serviços ou monetárias, também assumem outro sentido. Os depoimentos anteriores, quanto aos dois últimos, permitem-nos observar que assumem características de solidariedade no sentido durkheimiano e de confiança no sentido foucaultiano, de concorrência no sentido economicista. Para reforçar o enquadramento teórico, Durkheim (1977) define a solidariedade como interdependência entre indivíduos num certo espaço de relação social.

A transformação da vizinhança, em curso nestes bairros, comunga com o conceito de *neighboring* de Farrel et al. (2004) que, segundo o autor, inclui a troca de suporte social entre vizinhos e de bons indicadores de sentimento de comunidade, compartilha de relações sociais e, até, de aspectos íntimos da vida pessoal. Para esta compreensão, recorreremos aos contributos de Simmel (apud Waizbort, 2002), sobre a ideia de sociabilidade, que demanda do facto dos homens serem seres sociáveis e incapazes de serem por si só auto-suficientes, ou seja, os indivíduos entram em interacção a fim de satisfazer os seus interesses de diferentes formas de sociabilidade, independentes de conteúdo específico.

Na perspectiva de Moscovici (1961), as representações e significados dos actores sociais se constituem principalmente na esfera consensual. Em análise, podemos constatar que os significados dados pelos vendedores informais constituem-se principalmente na esfera consensual e em resultado do senso comum que não obedece os rigores lógicos – metodológicos de produção do conhecimento ou seja, das experiências práticas da vida quotidiana.

Por outro lado, temos os vizinhos que classificam a transformação das residências em estabelecimentos comerciais, como sendo de concorrência, barreira, distanciamento entre os vizinhos e distúrbio social, podendo se observar nos depoimentos que se seguem:

É de concorrência, todos queremos vender para os mesmos clientes. Não lutamos e não discutimos, mas cada um puxa para o seu lado. Isso não quer dizer que não nos entendemos, nunca lutamos, até nós ajudamos quando é necessário. (António, com 20 anos no mercado informal).

Para mim o governo não deve autorizar barracas no meio das casas porque incomodam a noite. Eles tocam música as pessoas fazem barulho e lutam nem podemos dormir. Quando fala com o chefe do quarteirão não faz nada mesmo meter queixa na esquadra não acontece nada, mesmo na polícia municipal é mesma coisa. Antigamente as barracas estavam no mercado, mas agora fazem nas casas e assim nos trazem bandidagem, fazem xixi nos nossos muros (Mateus, residente do bairro T3).

Na vida de hoje há muitas barreiras para relacionar-se com os vizinhos (...) os que têm preferem viver entre eles ou sozinhos (...) criam espaços exclusivos para eles (...) espaços em que outras pessoas consideradas pobres não entram (...) mas também temos muitos inquilinos no bairro que nem são moçambicanos, que mensalmente estão a mudar de casa e com forma de viver e falar estranha (...). (Acácio, com 30 anos no mercado informal).

Eu não conheço os meus vizinhos (...) mesmo quando se trata de problemas, dificilmente encontramos-nos (...) o vizinho era a pessoa muito próxima, mas agora não (...) por isso, se as pessoas estão juntas, ou são do mesmo grupo de xitique ou da igreja (...). (Jerónimo, com 10 anos no mercado informal).

Quando cheguei neste bairro em 1995 a vida era boa, mas pouco a pouco depois que o mercado ficou cheio de barracas e bancas, as pessoas começaram a puxar o negócio para no meio das casas enquanto o negócio deve ser feito no mercado. As vezes tocam música que faz barulho até dentro da casa. Se receber chamada nem pode ouvir bem. (Jorge, morador do bairro Khongolote).

Eu estou neste bairro desde 1970, as pessoas viviam bem como familiares. Aqui nós tínhamos loja do branco chamado Faria para comprarmos tudo que queríamos comida, bebida e roupa. No ano de 1976 o branco foi para terra dele. A loja passou ser loja do povo

depois comperativa. Depois todas comperativas fecharam. Depois abriu padaria nos anos de 1990 e foi quando começaram as barracas aqui no mercado. Depois as pessoas começaram abrir nas casas assim começou confusão. Agora não estamos dormir e agora tem muitos ladrões. De manhã as pessoa quando vão trabalhar são saltados e roubados e as vezes faqueados. Aqui não temos esquadra só tem no T3 ou Khongolote ou Benfica. Tem muitas barraca nas casas toda hora vende bebida, bebida que mata jovem. (Maria, moradora do bairro Zona Verde).

Os relatos citados revelam que a vizinhança é caracterizada por uma dinâmica social e cultural intensa, estando a perder o seu espaço em nome da privacidade onde regista-se pouco investimento emocional, de forma que os sujeitos de pesquisa pouco interagem com o espaço físico circundante, mesmo quando são eventos na vizinhança. O vizinho é considerado como elemento estranho pelo outro vizinho da casa ao lado ou da casa próxima. A proximidade entre os vizinhos deixou de ser sinónimo para a confiança. Tal como pudemos perceber, os negócios praticados nas residências criam afastamento dos demais vizinhos que não praticam negócios, pois, os não praticantes acham que os negociantes propiciam a ocorrência de comportamentos indesejáveis no seio do ambiente residencial.

Carteau (1984) em sua obra sobre apropriação do espaço urbano, destaca que a transformação de residências em comércio pode ser vista como uma estratégia imposta por grupos que têm poder económico, enquanto a resistência dos moradores pode ser considerada uma tática, ou seja, forma de contestação das modificações no uso de espaços que afectam a sua qualidade de vida e a coesão do bairro.

A aceitação ou resistência à mudanças pode ser entendida como um reflexo das normas sociais que os indivíduos compartilham em comunidade. Segundo Moscovici (1961), a conformidade social pode ocorrer de maneira gradual, à medida que uma ideia proposta se espelha aos indivíduos, no entanto, a resistência também pode ser fortalecida por grupos coesos que rejeitam a mudança, fundamentando sua posição em valores locais, o desejo de manter o carácter residencial e a tranquilidade da área.

Os dados acima referenciados, permitem-nos compreender que a relação entre os familiares e praticantes do negócio é pacífica não havendo registo de conflitos, não acontecendo o mesmo com os residentes que não praticam o negócio, pois, esses queixam-se de inconvenientes, sobretudo a poluição do ambiente e outros males. Embora tenhamos constatado que a maior parte dos entrevistados têm relações pacíficas, não podemos generalizar porque em determinado momento assistimos casos que não abonam para se considerar vizinhança pacífica. Falcke e Wagner (2000) afirmam que nas situações de um

primeiro contacto, os actores sociais, muitas das vezes, procuram adoptar comportamento defensivo, evitando qualquer forma de choque.

Os dados discutidos nesta parte do trabalho mostram que os bairros em estudo são campos heterogéneos em termos de valores e normas que orientam a convivência ou simplesmente a partilha do espaço físico, sendo que, por um lado, alguns apresentam modos de relacionamento que reflectem a existência de capital social desse grupo, por outro lado, há os que a sua forma de acção mostra a opção por uma vida mais individualista na qual assumem seus próprios princípios comportamentais que não os associa aos outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta pesquisa, estudamos na perspectiva sociológica o fenómeno do comércio informal e especificamente as representações sociais dos munícipes sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais no Município da Matola. O estudo pretendia captar as noções, percepções e significados dos munícipes sobre as suas actividades económicas vs transformação das residências em estabelecimentos comerciais.

A pesquisa foi basicamente qualitativa, onde combinamos a técnica de revisão bibliográfica, o trabalho empírico de campo e a análise temática do material empírico. Para a interpretação de dados usamos a teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1961). A referida teoria e os conceitos foram articulados com os resultados das constatações empíricas.

No que concerne aos factores sociais do quotidiano que motivaram a transformação das residências em estabelecimentos comerciais pelos munícipes envolvidos, observamos diferenças entre os que buscam uma fonte de sobrevivência que resulta da falta de oportunidades para ter acesso a fonte de renda no sector formal, o que é destacado, predominantemente, na literatura relevante sobre a matéria e os que buscam uma fonte de renda para a conquista e exercício da sua autonomia em relação às pessoas de quem dependiam. A inferência interessante deste trabalho é que os praticantes do comércio informal são motivados pelas relações sociais e fonte para sobrevivência a partir de alguns actores que já se encontravam no sector informal.

A partir das representações sociais dos munícipes acerca da transformação das residências em estabelecimentos comerciais, inferiu-se o estabelecimento comercial como um local ou lugar para comercialização de produtos alimentícios e as residências transformadas em estabelecimentos comerciais, entendidas como uma construção social, espaço de interacção

e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais que influenciam as decisões dos actores envolvidos.

Deste modo, conclui-se que o processo da transformação das residências em estabelecimentos comerciais no quotidiano dos munícipes, é construído tendo em conta a ausência de emprego formalizado, desse modo, o comércio residencial surge como uma forma de sobrevivência, e por outro lado, a transformação das residências em estabelecimentos comerciais tem sua génese na árvore genealógica, tendo sido uma actividade praticada de forma geracional, tornando uma influência a nível familiar, onde concluímos que os entrevistados partilham um quadro de normas e valores com base no qual definem o comportamento a ser adoptado e as modalidades de relacionamento que devem ser seguidas, mostrando a existência de capital social.

As relações baseadas na lógica de reciprocidade são condicionantes do comércio informal, por sociabilidades familiares e de vizinhança. As sociabilidades familiares e de vizinhança manifestam-se pela deficiente coesão social (ausência de convívio entre os vizinhos), erosão da intimidade (os vizinhos não se visitam e nem se conhecem), e pouca promoção das relações interpessoais e do afecto (as pessoas sempre buscam a privacidade, os ricos não se misturam com os pobres). Desta forma, o comércio informal facilita uma forma peculiar de auto-organização dos actores do sector informal que permite que as suas relações transcendam a dimensão económica para assumir uma relevância e função social.

Sem termos explorado para esgotar o assunto, acreditamos que alcançamos o nosso objectivo central, o de compreender as representações sociais que os munícipes possuem sobre o processo da transformação das residências em estabelecimentos comerciais na sua vida quotidiana.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, I. (2005).** *Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsaariana*. Finisterra, XL, 79, pp. 53-72.
- Berger, P.L. & Luckmann, T. (2004).** *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia de Conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, Editora.
- Bourdieu, P. (2002).** *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Certeau, M. De. (1984).** *The Practice of Everyday Live*. University of California Press.
- Chichava, J. A. C. (1998).** *O Sector Informal e as Economias Locais*. Programa de Reforma dos Órgãos Locais. Série: Textos de Discussão. Número 8. Ministério da Administração Estatal, Maputo.
- Chivangue, A. A. (2012).** *Mukhero em Moçambique: análise das lógicas e práticas do comércio informal*. (Dissertação), Universidade Técnica de Lisboa.
- Cleps, G. D. G. (2009).** *Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)*. Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 26 (6), 23/10/2009.
- Coelho, G. B. (2017).** *Sociologia do conhecimento e da ciência: emergência a Pierre Bourdieu*.
- Costa, F. (2009).** *As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais*”. Revista Angolana de Sociologia, nº 12, pp. 77-99.
- Creswell, J. W. (2007).** *Projecto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed., Porto Alegre: Artmed.
- Cruz e Silva, Teresa (2005).** *O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTI*. Programa contra a Exclusão e a Pobreza. Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social. Bureau Internacional do Trabalho 4, Rouledes Morillons CH – 1211 Genebra 22 Suíça Tel. (+4122) 799 6544 – (+41222) 799 6644 – E-mail: step@ilo.org [ghhttp/www:ilo:org/step](http://www.ilo.org/step). Acessado em: 25 de Abril de 2023.
- Domingues, Á. (1994).** (Sub)úrbios e (sub) urbanos - o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Geografia - Revista da faculdade de Letras*, pp. 5-18.

- Durkheim, E. (1977).** A Divisão do Trabalho Social. Lisboa: Ed. Presença, 1977, –Vol. II.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2013).** Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. In T. Féres-Carneiro (Eds.), Casal e Família: transmissão, conflito e violência (pp. 159-176). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Farrel, S. J., Aubry, T., & Coulombe, D. (2004).** “Neighborhoods and neighbors: do they contribute to personal well-being?” *Journal of Community Psychology*. n. ° 32 v.1, pp. 9-25.
- Filho, F. P. (1988).** Emile Durkheim: Pragmatismo e Sociologia Porto, RES Editora. A noção de representação em Durkheim. A noção de representação em Durkheim – Professor de Sociologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. SciELO – Brasil. <https://www.scielo.br>. Acessado em: 22 de Abril de 2023.
- Filho, F.P. (1989).** Emile Durkheim: As formas elementares de vida religiosa São Paulo, Edições Paulistas. A noção de representação em Durkheim – Professor de Sociologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. SciELO – Brasil. <https://www.scielo.br>. Acessado em: 22 de Abril de 2023.
- Filho, L. M. D. A. (s.d).** Amostragem. Universidade Federal de Paraíba – Departamento de Estatística.
- Geertz, C. (2008).** A interpretação das culturas Rio de Janeiro: LTC.
- Gil, A. C. (2002).** Como Elaborar Projectos de Pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gil, A. C. (2008).** *Métodos e técnicas de pesquisa sócia (6ª ed.)* São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Gil, A. C. (2017).** Como elaborar projectos de pesquisa. (6a. ed.) São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Guerra, I. C. (2006).** Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso. Princípios: 1ª edição.
- Hanlon, Joseph. (1997).** Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Colecção Nosso Chão.
- Jodelet, D. F. (1984).** Représentations sociales: Phénomènes, concepts et théories. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologiesociale* (pp. 357-378). Paris: PUF.

- Jodelet, D. F. (1989).** Les Représentations Sociales. Sociologies d'aujourd'hui. Paris: PUF
- Jodelet, D. F. (2003).** Représentations sociales: un domaine en expansion. Jodelet, D (sous la direction de). Les représentations sociales. 7e éd Paris: PUF.
- Latouche, S. (2013).** A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente? (Trad. Acácio Sidinei Almeida Santos), Espaço Plural, ano XIV, nº 28, p. 175 – 197.
- Lima, E. J. de (2017).** Comércio informal: Um estudo sobre possíveis contribuições na economia e na renda familiar (Tese de graduação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, João Pessoa, PB.
- Lopes, C. M. (2014).** Revista Angolana de Sociologia – A economia informal de Angola. OpenEdition Journals. Disponível em: <https://journal.openedition.org>>ras: Acessado em 22 de Abril de 2023.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003).** Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2007).** Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2011).** Metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, J. d. (1992).** *Subúrbio - vida quotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha.* São Paulo: Hicitec.
- Mendes, L. & Cavedon, N. R. (s.d).** *As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade em fase de industrialização.* S.l.
- Minayo, M. C. S. (org.).** Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- Mosca, J. (s.d).** *Pobreza, Economia “Informal, Informalidades e Desenvolvimento. In: Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique,* p. 83-98. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza_4.PobEcon.pdf. Acessado em: 22 Abril de 2023.
- Mosca, J. (2009).** Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento. I Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Conference paper 34. Maputo.

- Moscovici, S. (2005).** A Representações Sociais: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1961).** A Representação Social da Psicanálise, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Nhaca, C. M. (2016).** *Análise da contribuição do sector informal na redução da pobreza urbana: caso do mercado Canongola – Tete (2012-2014).* (Dissertação), Universidade Católica de Moçambique, Tete.
- Organização das Nações Unidas (1996):** Comércio Informal. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf. ONU
Acessado em: 15 de Maio, 2023.
- Pires, F & Macia, S. (2009).** O sector informal nas áreas urbanas. INE. Maputo.
- Queiroz, F. (1999).** Causas históricas da economia informal. O caso de Angola.
- Quivy, R; Campanhoudt, Luc van.** A pergunta de partida. In: ____. Manual de investigação em Ciências Sociais. 2 ed. Lisboa: Grávida, 1998.
- Rangel, F. (2015).** O trabalho informal no comércio popular: Resignificando práticas na nova cultura do trabalho (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Richardson, R. J. (1999).** Pesquisa social: métodos e técnicas, 3ª ed. São Paulo: Aulas.
- Richardson, R. J. (2008).** Pesquisas sociais: Métodos e Técnicas. 3ª Edição, Editora Atlas: São Paulo.
- Santos, D. (1994).** Avaliação da actividade económica registada e global: A importância da contribuição dos inquéritos para medir o sector informal. Revista informativa 2, Bissau.
- Santos, O. (2011).** Comercio Informal, Identidade e Direito: Ocaso das Zungueiras de Luanda. Informal Trading, Identity, And The Law Case of Luand’s Zungeiras. Revista Virusissn 2175-974x - Dezembro 2021.
- Schutz, A. (1979).** Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos. Rio de Janeiro, Zahar Editoras.

Silva, O. L. (s.d). *O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsaariana.* (Dissertação), Universidade Técnicas de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Silva, T. C. (2003). *A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho.* Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

Soto, W. H. (s.d). *A cidade, o subúrbio e a periferia.*

Waizbort, L. (2002). George Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida. In: Laboratório de análises de sociabilidade. (Org.) Sociabilidades, São Paulo, vol. II, n.1, dez. 2002, p. 65-87.

ANEXOS:

1. Guião de entrevistas para munícipes envolvidos na transformação de residências
2. Guião de entrevistas para autoridades municipais
3. Credencial – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane
4. Credencial - Conselho Municipal da Cidade da Matola – Vereação de Assuntos Sociais e Género

Anexo 1: Guião de entrevistas para Municípes

Este documento é guião de entrevista destinado a recolher dados referentes à transformação das residências em estabelecimentos comerciais no Município da Matola. Este processo está inserido no desenvolvimento do trabalho de final do curso, ao nível de licenciatura em sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Pedimos a sua compreensão e participação no sentido de responder as perguntas que lhe são apresentadas a seguir, garantindo total confiança e anonimato.

I. Perfil sócio-demográfico dos municípes.

- Local da entrevista
- Sexo
- Idade
- Escolaridade
- Religião
- Ocupação
- Tempo de residência no bairro.
- Tempo no mercado informal

II. Factores sociais do quotidiano motivaram para a transformação das residências em estabelecimentos comerciais.

- O que levou-te a transformar a sua residência em estabelecimento comercial?
- Que produtos comercializa aqui neste estabelecimento comercial?
- Que dificuldades tem enfrentado na comercialização de produtos aqui no seu estabelecimento?
- O que tem feito para superar essas dificuldades para continuar a comercializar seus produtos no estabelecimento?

III. Representações sociais dos munícipes sobre a transformação das residências em estabelecimentos comerciais.

- O que entendes por estabelecimento comercial?
- Como caracterizas o estabelecimento comercial?
- Qual é a sua opinião sobre as pessoas que acham anormal a transformação das residências em estabelecimentos comerciais?
- Como avalias as pessoas que frequentam ou gostam do seu estabelecimento comercial?

IV. Processo da transformação das residências em estabelecimentos comerciais no quotidiano dos munícipes.

- Como descreve as relações sociais de convivência na família após a transformação da vossa residência em estabelecimento comercial. Porquê?
- Quais são os elementos que consideras relevantes para a coesão no seio familiar?
- Como descreves o relacionamento com os seus vizinhos depois de transformar a sua residência em estabelecimento comercial. Porquê?
- Quais os aspectos que considera importantes para convivência com os vizinhos?

Anexo 2: Guião de entrevistas para Autoridades Municipais

1. Perfil do representante municipal:

- Local da entrevista
- Sexo
- Idade
- Escolaridade
- Religião

2. Questionário:

- O que entende por estabelecimento comercial?
- Existem condições higiénicas criadas para a comercialização de produtos nos estabelecimentos comerciais instalados em residências?
- Fazendo avaliação, os munícipes não correm riscos comercializando neste espaço? Havendo, quais são os riscos e porquê?
- Quais são as formas específicas que os vendedores devem adoptar por vender em lugares desta natureza?
- As autoridades municipais têm adoptado medidas para minimizar a proliferação dos estabelecimentos comerciais em residências? Havendo quais são?
- Acha que as medidas que têm tomado são suficientes? Porquê?

Anexo 3:



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CREDECIAL N°20/DRA-FLCS/ 2024

No âmbito da disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se, junto ao Município da Matola- Posto Administrativo de Infulene, o Sr. **Armando Uaquino Barze**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Sociologia, para realizar o trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Casa ou barraca: representações sociais dos munícipes sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais nos bairros suburbanos do município da Matola.”

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 21 de Março de 2024

O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação

Prof. Doutor Marinho Eugénio Mubai
(Professor Auxiliar)

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA	
Secretaria Geral	
Entrada N.º	10/11
Em	10 ou 24
Classificação	Hora 10:33
Ass.	Carolina

Anexo 4:



CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA
VEREAÇÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E GÊNERO

CREDENCIAL

Acusamos a recepção do memorando nº 082/CMCM/SM/075/2024 na qual a Secretaria Municipal envia a guia de apresentação do estudante do 4º ano do curso de licenciatura em Sociologia que pretende realizar a recolha de dados no âmbito da elaboração do trabalho de conclusão de curso com o tema: **"Casa ou Barraca: representações sociais dos munícipes sobre a transformação de residências em estabelecimentos comerciais nos Bairros suburbanos no Município da Matola"**.

Assim sendo, servimos desta para autorizar ao **Sr. Armando Uaquiço Banze** a proceder a realização da recolha de dados.

Atenciosamente;

Matola, 24 de Abril de 2024


A VEREADORA
Lizete Abel Mabjaia
LIZETE ABEL MABJAIA

